DOCUMENTO DO BANCO INTERAMENRICANO DE DESENVOLVIMENTO

Rondônia

Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Rondônia (PROFISCO II RO)
BR-L1512

Avaliação Financeira Ex-ante

O presente documento foi preparado por Ricardo Gazel, com base nas informações fornecidas pela SEFIN/RO.

Sumário

I. Sumário Executivo 3
II. O Estado de Rondônia 8
III. A Situação Econômica 10
V. O Programa PROFISCO II 15
VI. A análise econômica ex-ante 18
A. Custos 20
B. Benefícios 22
B.1 Aumento de Arrecadação 22
B.2. Redução de custos para o Estado 25
B.3. Redução de custos para o Contribuinte 29
B.4. Alinhamento com a Matriz de Resultados 34
VII. Resultado da Análise Custo-Benefício 36
VIII. Análise de Sensibilidade 37
IX. Conclusões 39

I. Sumário Executivo

1.1 O Estado de Rondônia está desenvolvendo, junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Rondônia (PROFISCO II RO) BR-L1512 O objetivo do programa é contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado por meio da modernização da gestão fazendária, administração tributária e gestão do gasto público. Ao potencializar o desempenho da fazenda pública, aumentar a arrecadação tributária, e incrementar a eficiência do gasto público, o Estado de Rondônia poderá melhorar a prestação de serviços de qualidade para seus cidadãos. O investimento total do programa será de US30,8 milhões, sendo US$ 27,7 milhões de financiamento BID e US$ 3,1 milhões de contrapartida.

1.2 Esta análise Custo-Benefício (C-B) considera os custos e benefícios financeiros do programa em um universo temporal de dez anos a partir do início da execução do programa, independendo do começo específico da execução em ano calendário. Assim, a análise vai do ano 1 ao ano 10, que corresponderia aproximadamente aos anos 2019 e 2028, respectivamente.

1.3 Foram incluídos os custos de financiamento do programa e de contrapartida pelo Estado de Rondônia; custos financeiros de taxa de crédito para valores não desembolsados, juros para valores desembolsados e custos de manutenção de obras e bens adquiridos, assim como de sistemas depois de implantados e durante todo o período da avaliação.

1.4 Os benefícios foram distribuídos em três áreas específicas: (i) Aumento de arrecadação tributária através da adoção de nova tecnologia de fiscalização de mercadorias em trânsito e novo sistema de cobrança; (ii) Redução de custos para o Estado de Rondônia com a adoção de um novo sistema de preparação da folha de pagamentos, redução dos custos de saúde, conciliação bancária, disponibilização online de serviços atualmente apenas presenciais e novo sistema de compras e (iii) Redução de custos para o contribuinte através da redução do número de veículos de carga obrigados em posto fiscal, eliminação de uma obrigação acessória e disponibilização online de 27 serviços atualmente prestados apenas presencialmente.

1.5 O PROFISCO II inclui três grandes áreas de atuação divididas em um total de 15 produtos. Quase todos os produtos gerarão aumento de receita, economia para o contribuinte ou redução de gastos para o governo. Para a análise C-B foram selecionados 8 produtos (1 do componente 1, 4 do componente 2 e 3 do componente 3), que caracterizam bem os ganhos potenciais e que contam com

disponibilidade de dados para identificar e quantificar adequadamente os benefícios.

1.6 A maior parte dos benefícios medidos resultam de economias de gastos para o estado (68,6%), aumento da arrecadação soma 19,3%, enquanto 12,1% representam economias para o contribuinte.

1.7 **Na área de aumento da arrecadação,** foram analisados dois exemplos que conta com dados disponíveis e adequados para a medição de aumentos de arrecadação frente experiências similares em outro estado.

1.8 **Exemplo 1**: **Novo Modelo de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito**. O Estado de Goiás adotou a Fiscalização Inteligente e Seletiva (FIS) em dezembro de 2016, possibilitando o cruzamento de um grande volume de dados gerando indicadores de identificação de potenciais fraudadores de impostos. Os resultados são bastante positivos. Com o uso do FIS, o valor das autuações no transito de mercadoria cresceu 25,4% em termos nominais e 16,7% em termos reais, nos primeiros seis meses de 2017 comparado com igual período do ano anterior.

1.9 O PROFISCO II vai financiar a implantação de um sistema de fiscalização do trânsito de mercadorias em Rondônia similar ao que foi implantado em Goiás. A arrecadação do trânsito de mercadorias em Rondônia em 2017 foi de R$ 32 milhões. A arrecadação de autuações de trânsito de mercadorias é quase 100%, visto que a liberação das cargas só é feita com o recebimento da autuação. Assumindo uma taxa de crescimento conservadora equivalente à metade daquela verificada em Goiás, isto significaria uma arrecadação adicional de R$2,7 milhões.

1.10 **Exemplo 2: Melhoria da arrecadação com a adoção de um novo modelo de cobrança.** A falta de uma estrutura única que centralize a cobrança do contribuinte, independentemente da situação ou origem do crédito tributário, inclusive os já inscritos na Dívida Ativa, diminui a eficiência da recuperação do crédito tributário, tanto administrativa quanto judicialmente. Entre os 29.513 contribuintes com lançamento de ICMS, 4.950 (16,7%) estavam inadimplentes em 2016. Mais de R$ 47 milhões de valores declarados de ICMS não foram pagos em 2016. No mesmo ano foram recuperados R$37 milhões da dívida ativa, representando 0,5% do estoque da mesma.

1.11 O PROFISCO II financiará uma série de atividades nestas áreas, tais como o mapeamento e redesenho do fluxo de cobrança dos tributos, dos processos relativos à inscrição e à cobrança da dívida ativa; dos processos que envolvem a arrecadação e a restituição do indébito tributário; a implantação de um novo sistema para a gestão tanto da Cobrança do Crédito Tributário, da Dívida Ativa, como da Arrecadação.

1.12 Experiência de outros estados como Goiás e Santa Catarina demostraram que modelos semelhantes de cobrança resultaram em ganhos efetivos reais acima de 5% anualmente sobre os valores arrecadados antes da adoção do modelo. No caso de Rondônia Sul optou-se por uma hipótese mais conservadora de ganhos de 1% no primeiro ano, subindo para 2% a partir do segundo ano do programa, estabilizando em 8% do quinto ano em diante. Estes ganhos representam uma

arrecadação adicional de R$841 mil no primeiro ano do programa, subindo gradativamente e alcançando R$ 6,7 milhões do quinto ano em diante.

1.13 **Economia de gastos para o governo** de Rondônia através de uma série de medidas que impactaram os atuais custos públicos. **Exemplo 1: Redução do custo de preparação da Folha de Pagamentos.** O atual sistema de folha de pagamentos demanda um grande número de servidores para sua preparação e execução. Os departamentos de Recursos Humanos dos órgãos setoriais levantam as gratificações e adicionais que compõe a folha. Os órgãos setoriais também apuram a frequência. O ponto é documentado manualmente pelas gerencias, digitalizado mensalmente e enviado via SEI para o RH setorial que verifica as informações e tabula os dados no BAF (boletim de frequência), e por fim publica o boletim no sistema GOVERNA e envia via SEI para SEGEP. Apresentadas e verificado todas informações a SEGEO bloquei o pagamento da folha. O novo sistema irá automatizar a maioria dos procedimentos deste processo.

1.14 Em 2017, 8 pessoas trabalhavam em tempo integral e 73 em tempo parcial na preparação e execução da folha de pagamentos. Cada pessoa em tempo integral custou ao governo, em média, R$2,6 mil mensal e em tempo parcial R$2,5 mil, incluindo encargos. Por ano, estes gastos totalizam R$2,6 milhões. A SEFIN-RO estima uma redução substancial de horas trabalhadas na folha de pagamento, requerendo apenas 3 servidores em tempo integral com o novo sistema. Esta redução é, equivalente a uma economia de R$2,5 milhões anualmente.

1.15 **Exemplo 2: Redução com os Gastos de Saúde.** O Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS) é um sistema solidário com relação aos custos do atendimento ao cidadão. Parte dos custos ocorridos pelos estados é reembolsado pelo SUS de acordo com tabelas de preços e as notificações homologadas pelo sistema. Em 2017, uma auditoria nas nove unidades de saúde pertencentes ao estado contabilizou que 66.976 foram internados nestas unidades a um custo total de quase R$500 milhões. Destes quase 70 mil atendimentos apenas 58,5% foram notificados ao SUS que homologou reembolsos totalizando R$56,8 milhões, com um pagamento médio de R$1.450 por paciente. Se os mais de 27 mil atendimentos não notificados ao SUS fossem reembolsados pelo valor médio pago pelos que foram notificados, o estado teria recebido mais de 80 milhões de Reais no ano.

1.16 O novo sistema de gestão de custos a ser implantado pelo PROFISCO II irá padronizar e automatizar procedimentos de notificação ao SUS de Autorizações de Internação Hospitalar (AIH), substancialmente aumentando a participação do SUS nos custos de saúde, representando uma economia para o governo de Rondônia. A Secretaria de Saúde de Rondônia estima uma economia de 50% destes custos para o estado com a implantação do novo sistema de gestão de custos. A análise C-B parte de uma premissa mais conservadora e inclui uma economia de 20% dos valores não notificados, alcançando uma economia total de R$16 milhões do quarto ano em diante.

1.17 **Exemplo 3: Redução de Gastos com o Novo Sistema de Conciliação Bancária.** A conciliação bancária, além de ser um controle interno e eficiente para toda e qualquer Unidade Gestora, tem como objetivo principal apurar e explicar as

eventuais diferenças encontradas entre o saldo apresentado pelo banco, por meio do extrato bancário, e aquele registrado pelo órgão na contabilidade.

1.18 Com o sistema manual atual, 49 pessoas estão envolvidas nas atividades de conciliação bancária (3 em tempo integral e 46 em tempo parcial), custando ao Estado mais de R$2,4 milhões anualmente. Com o novo sistema de automação da conciliação bancária, a SEFIN-RO estima que, no máximo, três servidores serão alocados a este trabalho, representando uma economia final de R$1,55 milhões anualmente.

1.19 **Exemplo 4: Redução de Gastos para o estado com a disponibilização online de serviços atualmente apenas presenciais.** Vinte e sete serviços que hoje são prestados ao contribuinte apenas presencialmente serão automatizados e disponibilizados online, reduzindo o número de horas de funcionários do fisco envolvidos neste atendimento. Atualmente, o atendimento a estes serviços demanda dez servidores em tempo integral, a um custo médio de R$ 6.574 por servidor, em um total de R$ 855 mil anualmente, incluindo decimo-terceiro salário). A disponibilização online destes serviços resultará em uma redução, estimada pela SEFIN-RO, de 80% do trabalho atualmente alocado para o atendimento presencial. Isto significa uma economia de R$684 mil para o governo anualmente.

1.20 Exemplo 5: Redução de Gastos com o Novo Sistema de Compras. O novo modelo de estratégia de compras no estado visa à melhoria da qualidade do gasto público. Serão feitos estudos para avaliar toda cadeia de suprimentos, com seus gastos, investimentos, histórico de despesas por grupos/classes de materiais e serviços, avaliação de fornecedores, perfil de gastos por unidade consumidora, por Secretaria, por tipo de licitação, entre outros. Este novo modelo já foi implantado em outros estados, por meio de consultorias, e resultou em uma economia de cerca de 8 a 12% do total dos gastos com compras.

1.21 Em Rondônia, o novo sistema atuará sobre o valor das compras do estado que, em 2017, totalizaram R$ 665 milhões. Nesta análise C-B adota-se uma hipótese substancialmente conservadora de economias crescentes de 0,25% no primeiro ano, 0,5% no segundo, 0,75% no terceiro, 1% no quarto e 1,5% do quinto ano em diante. Assim, do quinto ano em diante o estado estará economizando cerca de R$10 milhões anualmente sobre os valores executados em 2017.

1.22 **As ações do PROFISCO II resultarão em redução de custos para o contribuinte.** Nesta análise C-B, três exemplos foram contabilizados. **Exemplo 1: Redução de Gastos para o contribuinte com a disponibilização online de serviços atualmente apenas presenciais.** Vinte e sete serviços que hoje são prestados ao contribuinte apenas presencialmente serão automatizados e disponibilizados online, dispensando o contribuinte da obrigatoriedade de se deslocar de seu local de trabalho até uma das agências do fisco estadual, esperar para ser atendido e dispender o tempo de atendimento e voltar para seu local de trabalho. Alguns destes serviços demandam mais de uma visita ao fisco, como por exemplo o de isenção do ICMS para veículos adaptados a portadores de deficiência física. Em 2017, 7.918 contribuintes requereram diferentes serviços, representando 14.571 visitas às agências do fisco, em um total de 7.462 horas apenas de tempo de atendimento. Estimou-se, conservadoramente, uma hora de

tempo entre o deslocamento do contribuinte (ida e volta) entre seu local de trabalho e a uma agência doo fisco mais tempo de espera para ser atendido. A soma do deslocamento, tempo de espera e atendimento totalizam 22.033 horas anuais. Com um custo estimado de R$20 por hora, a disponibilidade destes serviços online resultará em uma economia de R$441 mil anualmente para o contribuinte.

1.23 **Exemplo 2: Eliminação de uma obrigação acessória**. O Brasil ocupa uma das piores posições (181 em 190) em tempo necessário para o contribuinte cumprir com suas obrigações tributárias, segundo o Doing Business. A edição de 2017 do Doing Business registra que uma empresa, em média, gasta 2038 horas anualmente para cumprir suas obrigações tributárias. Para o ICMS, este tempo é de 1189 horas anualmente. A implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), parte do PROFISCO I, representou um avanço na direção de melhorar as condições para o contribuinte cumprir suas obrigações tributárias, mas não eliminou todas as obrigações acessórias existentes anteriormente.

1.24 Em Rondônia, o contribuinte ainda tem que apresentar uma declaração acessória além do SPED: a GIA-ST (Guia de Informação e Apuração do ICMS de Substituição Tributária). O contribuinte usa as mesmas bases de informações para preencher o SPED e a GIA-ST, mas o preenchimento e transmissão requerem tempo adicional. Uma pesquisa com contadores do estado constatou que esta declaração acessória demanda mensalmente por volta de uma hora para preparação e envio. Atualmente o estado tem 895 firmas ativas apresentando a GIA-ST mensalmente, gastando uma hora para cumprir com esta obrigação tributária. No ano, são quase 11 mil horas. O custo mínimo com um profissional em contabilidade que, em geral, são os que se ocupam destas declarações acessórias fica em R$26,83, de acordo com o SINE (Site Nacional de Empregos). Assim, o custo anual para os contribuintes entregarem esta declaração fica em torno de R$ 280 mil.

1.25 O PROFISCO II financiará ações que eliminarão a necessidade do preenchimento destas duas declarações acessórias. A SEFIN-RO estima a eliminação da GIA-ST no segundo ano de execução do programa.

1.26 **Exemplo 3: Redução do número de veículos de transporte de mercadorias obrigados a parar nos postos fiscais.** Todos os veículos de transporte de mercadorias que passam pelo posto de Vilhena de Rondônia são obrigados a parar. Em 2017, mais de 200 mil veículos de transporte de mercadorias pararam no posto fiscal no estado. O tempo inicial de pré-atendimento foi apurado pelo tempo de estacionamento, deslocamento do motorista e espera para entrega dos documentos fiscais. O tempo de atendimento vem do Sistema Fronteiras de Rondônia que mede o tempo entre a abertura do comando para processamento das notas e a liberação do veículo pelo Posto Fiscal. O tempo médio de parada é de 35 minutos para o Posto Fiscal de Entrada e 19 minutos para o Posto Fiscal de Saída, com a média de 30 minutos para os veículos como um todo.

1.27 O novo modelo de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, baseado em análise de risco, inclui a implantação de uma Central de Fiscalização Virtual de Trânsito, visando a antecipação dos trabalhos hoje realizado no Postos Fiscal e a implantação do Canal Verde que permite veículos previamente autorizados a não

parar no posto. Após a implantação desse Sistema, estima-se uma redução de parada de veículos nos Postos Fiscais de no mínimo 30% (64 mil).

1.28 O custo por parada foi calculado tomando em consideração a tabela da DECOPE/NTC & LOGISTICA para custos de transporte, usando sempre os dados para os menores veículos, portanto o menor custo. Um veículo de carga tem duas partes, um cavalo mecânico e um semirreboque. O valor da diária dos dois juntos é de R$ 741,52, resultando em R$15,45 por intervalos de 30 minutos, assumindo 24 horas por diária. Além da diária, o custo inclui o valor por quilômetro rodado, que é de R$ 1,87. Um veículo roda, geralmente, 60 quilômetros por hora. Assim, uma parada de 30 minutos no posto fiscal tem um custo oportunidade de R$ 56,22 visto que o veículo poderia estar rodando se não fosse obrigado a parar no posto fiscal. Somando o valor da diária e de quilômetros rodados, o custo estimado de uma parada média de 30 minutos é de $ 71,67. Multiplicando este valor por 64 mil veículos, estima-se uma economia de R$ 4,6 milhões anuais.

1.29 O Cenário 1 (básico) da análise C-B, usando os resultados descritos acima, estima uma taxa interna de retorno **(TIR) de 58,8%** e um valor presente líquido **(VPL) de mais de US$ 23,7 milhões**. O fluxo financeiro anual (Benefícios – Custos) passa a ser positivo no terceiro ano do programa e, no acumulado, passa a ser positivo no quinto ano do programa, ou seja, já com retorno positivo para o programa como um todo.

1.30 A Análise de Sensibilidade para o cenário básico inclui três diferentes cenários: uma desvalorização de 25% do Real, uma redução de 30% para todos os benefícios e um cenário que mistura desvalorização e redução de benefícios. A Tabela 1 abaixo sumariza os quatro cenários da análise de sensibilidade.

1.31 É importante notar que a análise de sensibilidade apenas focou em casos de deterioração do cenário básico. As hipóteses do cenário básico são substancialmente conservadoras. A probabilidade de um retorno maior do que o cenário básico é alta.

Tabela 1: Sumário da Análise de Sensibilidade da Análise Custo-Benefício

	TIR	VPL
Básico	58,8%	$ 23.701.659
Desvalorização	36,7%	$ 13.797.087
Redução benefícios	23,5%	$ 6.402.362
Duplo	11,9%	$ 1.213.460

Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício

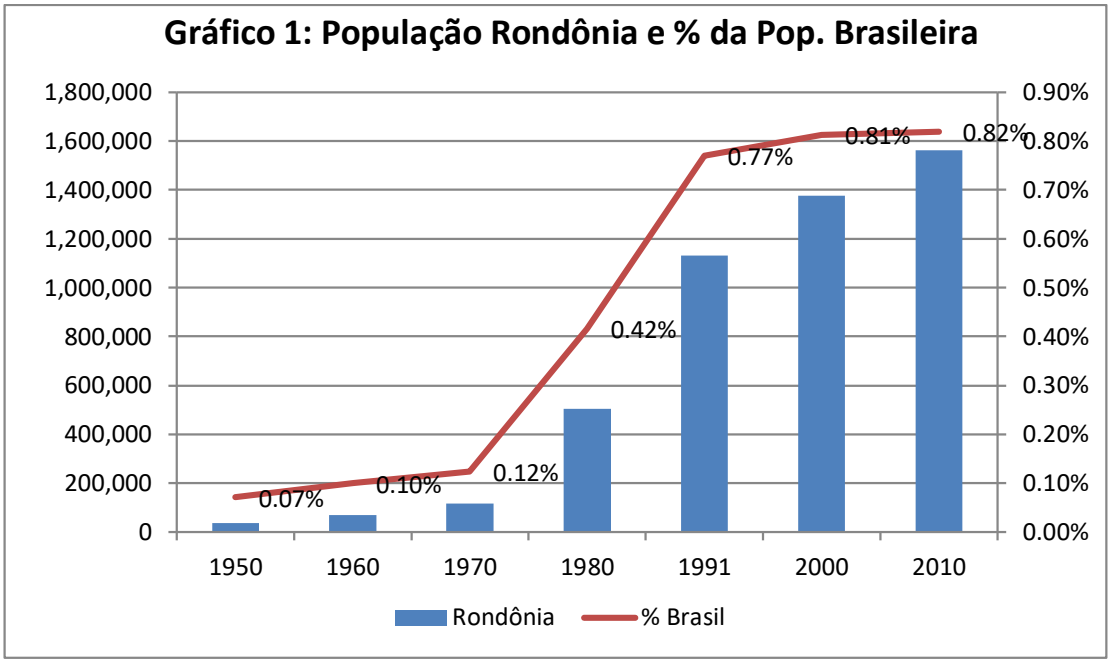
II. O Estado de Rondônia

2.1 O Censo de 2010 mostrou Rondônia como o quinto estado menos populoso do país com 1,6 milhões de habitantes, representando 0,8% da população brasileira.[1] O estado teve a décima-primeira menor taxa de crescimento populacional do país

[1] O IBGE estima uma população de 1,8 milhões de habitantes em 2017.

entre 2000 e 2010 (13,4%), ligeiramente acima da média brasileira de 12,5% para o período. Veja Gráfico 1 abaixo.

2.2 Com uma extensão territorial de 237,8 mil km^2, Rondônia é o décimo-terceiro Estado em dimensão, representando 2,8% do território nacional, com uma densidade demográfica de 6,6 habitantes por km^2 em 2010, menos do que um terço da densidade demográfica brasileira de 22,4 habitantes por km^2. Seguindo a tendência brasileira, Rondônia registrou altos níveis de urbanização nos últimos 50 anos passando a população urbana de 43,6% do total em 1960 para 73,6% em 2010.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017_1) [2]

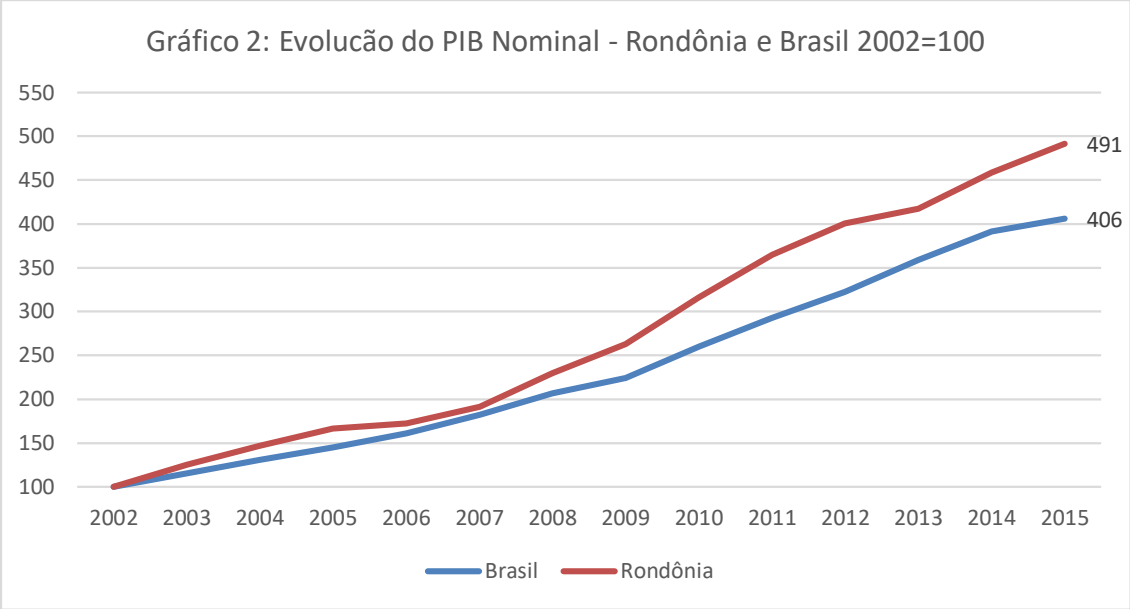
2.3 Os indicadores sociais do Estado em 2010 estavam acima da média brasileira— por exemplo, aproximadamente 4,8% da população estava abaixo da linha de extrema pobreza (a média brasileira é de 6,3%)[3]. No entanto, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-2013), o Índice de Desenvolvimento Humano em 2010 era de 0,69 em Rondônia, abaixo do índice de 0,727 para o Brasil.[4] A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais

[2] https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1286#resultado.
[3] A linha de extrema pobreza considerada era equivalente ao rendimento mensal domiciliar per capita nominal até R$70.
[4]PNUD-2013 - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Link: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/

no Estado em 2016 era estimada pela PNAD em 6,7%, pouco mais baixa que a média brasileira que era de 7,2%.

III. A Situação Econômica

3.1 Rondônia, segundo dados do IBGE para 2015[5], era a vigésima-terceira economia do país, contribuindo com 0,63% do PIB nacional. O Gráfico 2 mostra claramente que a economia de Rondônia cresceu proporcionalmente mais que a brasileira, fazendo com que a participação relativa do Estado no PIB nacional aumentasse de 0,52% em 2002 para 0,63% em 2015.



Fonte: IBGE – Contas Regionais - 2018

3.2 A Tabela 2 mostra que, em 2015, o setor de serviços representava a maior parte da economia do Estado, 68,1% do PIB, abaixo da média brasileira de 72,5%, seguido da indústria (18,5%), bem abaixo da média brasileira de 22,5% e com a agropecuária contando com 13,4%, substancialmente acima da média nacional de 5%. Uma grande diferença é a participação da administração pública que, em Rondônia, representa 27,8% do PIB do Estado, bem acima da média nacional de 17,2%. As atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados têm uma

[5] 2015 é o último ano com dados do PIB por estado disponibilizado pelo IBGE

participação na economia do Estado bem menor que a média brasileira, 2,9% e 7,1%, respectivamente.

Tabela 2: Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, Rondônia - 2002-2015

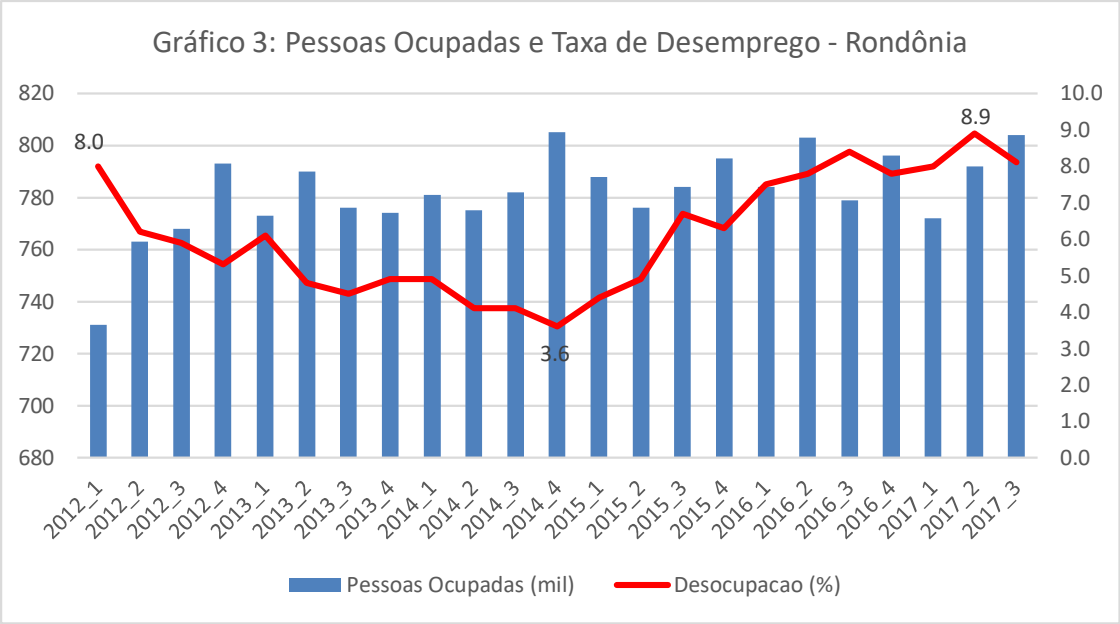
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto (%)													
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total das Atividades	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Agropecuária	**10,8**	**15,4**	**13,3**	**12,2**	**10,8**	**11,3**	**13,3**	**12,1**	**11,0**	**10,4**	**12,4**	**12,0**	**12,7**	**13,4**
Indústria	**18,0**	**14,6**	**17,2**	**17,1**	**19,3**	**17,4**	**16,2**	**18,4**	**22,8**	**24,5**	**20,9**	**19,3**	**17,9**	**18,5**
Indústrias extrativas	0,4	0,4	0,4	0,2	0,5	0,3	0,1	0,2	0,4	0,8	0,4	0,4	0,3	0,3
Indústrias de Transformação	6,8	7,1	5,9	9,7	5,9	6,6	6,1	5,9	8,2	6,0	6,7	7,1	5,7	5,8
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1,6	1,8	1,8	1,3	1,4	2,1	1,7	1,6	1,4	0,9	0,8	1,8	1,9	4,5
Construção	9,0	5,4	9,2	5,9	11,6	8,3	8,1	10,8	12,7	16,8	13,0	10,0	10,1	7,9
Serviços	**71,2**	**70,0**	**69,5**	**70,7**	**69,9**	**71,3**	**70,5**	**69,4**	**66,2**	**65,1**	**66,7**	**68,7**	**69,3**	**68,1**
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	5,9	13,8	14,4	16,1	10,8	12,6	15,6	15,2	15,2	15,5	15,0	14,8	14,6	14,0
Transporte, armazenagem e correio	3,6	2,8	2,3	1,8	2,7	2,9	2,8	2,2	2,8	2,7	2,7	3,5	2,8	2,7
Alojamento e alimentação	2,1	1,9	2,5	2,1	1,6	2,0	1,5	1,8	1,8	1,8	2,3	1,9	1,5	1,6
Informação e comunicação	2,0	1,4	1,3	1,4	1,5	1,4	1,6	1,4	1,2	0,9	0,9	0,7	1,2	1,2
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2,2	1,8	1,8	1,8	1,9	2,0	1,7	1,7	1,9	1,9	2,1	2,3	2,6	2,9
Atividades Imobiliárias	13,0	10,9	11,0	10,4	10,4	10,8	9,6	9,1	8,3	8,0	9,1	8,1	9,5	10,0
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	2,3	1,7	2,4	3,1	3,0	2,9	2,6	3,1	2,8	3,3	3,5	4,1	4,0	3,2
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	33,7	29,4	28,5	29,0	32,1	31,0	29,9	29,9	28,0	26,9	27,1	29,0	28,1	27,8
Educação e saúde privadas	2,1	2,1	1,8	1,4	2,3	2,3	2,0	2,0	1,8	1,6	1,9	1,9	2,5	2,6
Outras atividades de serviços	4,2	4,1	3,7	3,6	3,6	3,5	3,2	3,0	2,6	2,4	2,2	2,6	2,6	2,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

3.3 Rondônia não ficou imune à grave crise econômica brasileira dos últimos anos. Há bastante evidência de uma retração da economia estadual. O Gráfico 3, com dados da PNAD contínua do IBGE, mostra uma forte redução do número de pessoas ocupadas, que passou de 805 mil no quarto trimestre de 2014 para 772 mil no primeiro trimestre de 2017. Como consequência, a taxa de desemprego

subiu substancialmente. A taxa, que chegou a alcançar 3,6% no quarto trimestre de 2014, subiu para 8,9% no segundo trimestre de 2017.

3.4 Assim como no país como um todo, a economia de Rondônia começou a registrar alguns sinais de recuperação em 2017.



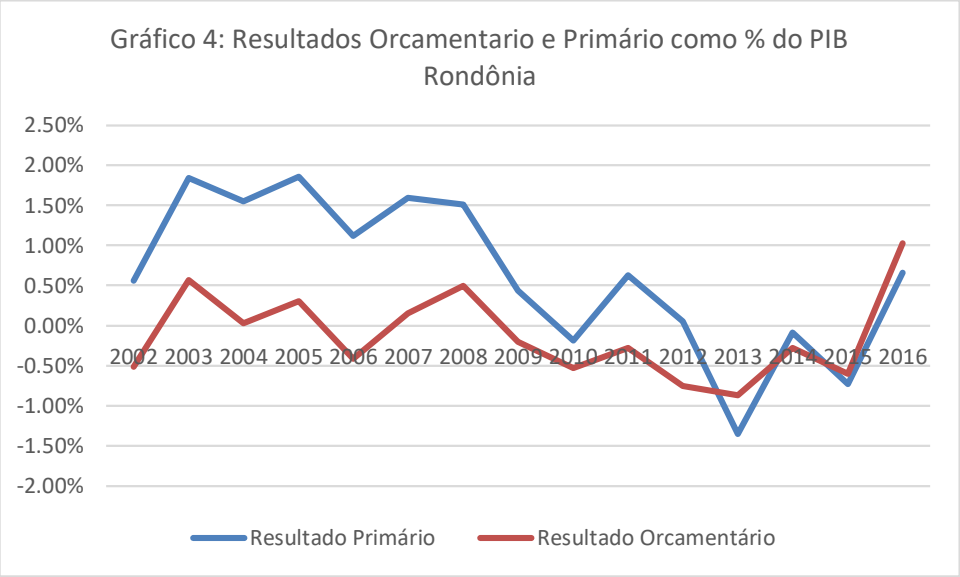
Fonte: IBGE – PNAD Continua 2017

IV. A Situação Fiscal

4.1 O Estado de Rondônia, embora em melhor condição que muitos dos estados brasileiros, experimentou nos últimos anos uma deterioração da sua situação fiscal, como atesta a evolução dos resultados orçamentários e primários nos últimos anos, apresentados no gráfico abaixo. O Gráfico 4 mostra que o resultado primário, como percentual do PIB estadual, veio caindo mais acentuadamente desde a crise de 2008, chegando a um déficit de 1,4% em 2013, com leve recuperação em 2014, queda em 2015 e superávit em 2016.

4.2 Estes resultados derivam do menor crescimento das receitas do que o crescimento das despesas, especialmente em momentos de redução da atividade econômica

que impacta imediatamente as receitas enquanto as despesas são substancialmente rígidas.

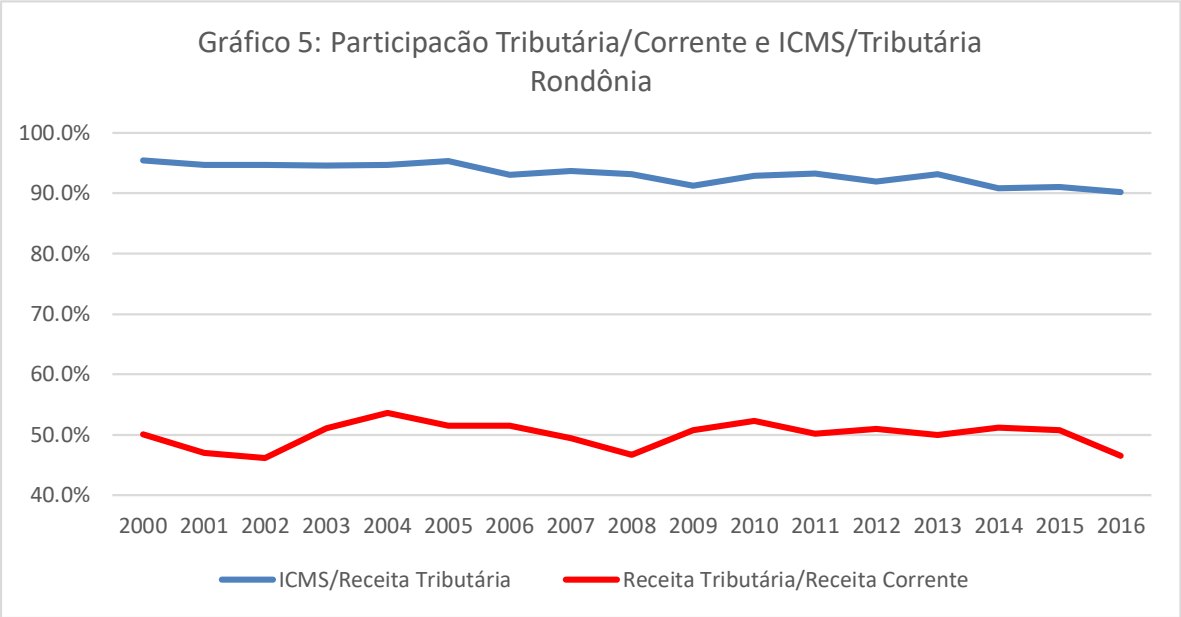


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional para os dados Fiscais e IBGE para o PIB. 2017

4.3 É importante notar que o governo de Rondônia continua dependente de receitas de transferências sobre as quais ele não tem governança, embora esta dependência tenha reduzido um pouco no tempo. Entre 2000 e 2016, as transferências correntes representaram, em média, 42,3% da receita corrente, variando entre um máximo de 47,2% em 2002 e um mínimo de 39,1% em 2010. O crescimento da receita tributária (própria) depende em grande parte do crescimento da arrecadação do ICMS, mesmo que a contribuição do ICMS para o total da Receita Tributária tenha caído nos últimos tempos. O Gráfico 5 mostra que, mesmo assim, o ICMS ainda representa 90% da Receita Tributária de Rondônia, e mais de 40% da Receita Total.

4.4 Desta forma, o aumento da Receita Própria é fundamental para a gestão do estado, especialmente com a crescente demanda por serviços públicos em um estado com

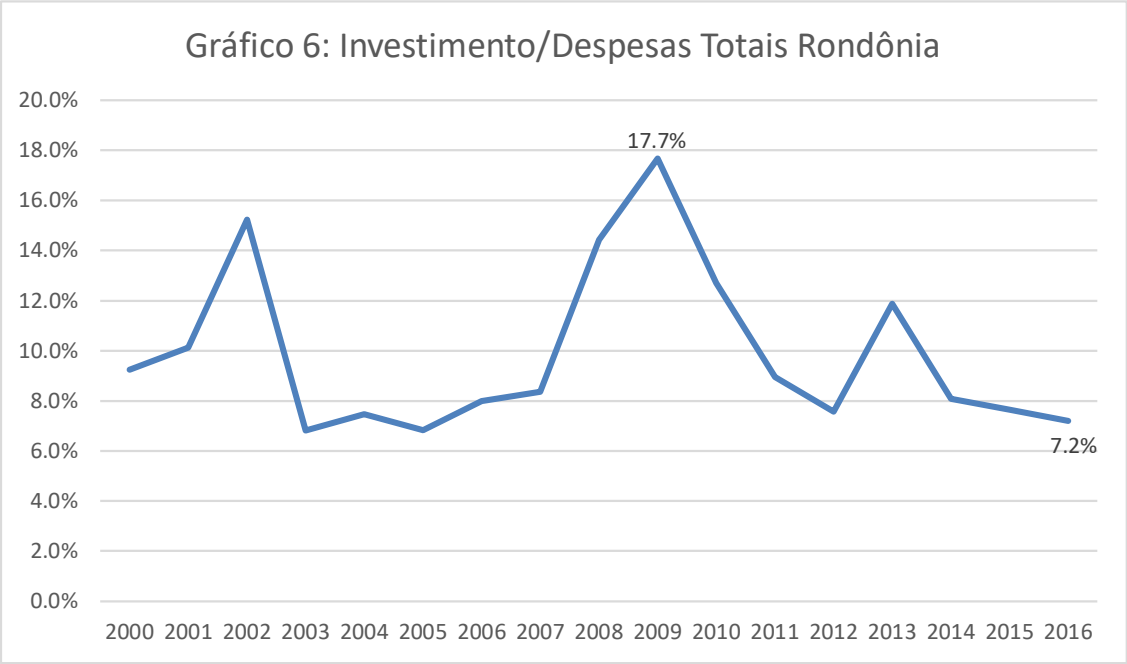
indicadores sociais que requerem maior investimento público e população crescendo mais rapidamente que o resto do país.



Fonte: SEFAZ-PE 2017

4.5 Despesas de investimento tem sido a variável de ajuste nos três níveis de governo nos últimos anos. Em Rondônia, as despesas de investimento que chegaram a 17,7% do total das despesas em 2009, caíram substancialmente nos últimos anos, chegando a pouco mais de 7% da despesa total em 2016. Ver Gráfico 6.

Adicionalmente, o pouco espaço fiscal dos últimos anos implicou em que grande parte do investimento fosse financiado através de operações de crédito.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional 2017

4.6 Para o governo do Rondônia é fundamental aumentar o investimento. Para tanto é necessário expandir suas receitas próprias assim como melhorar a qualidade do gasto. O PROFISCO II, como discutido abaixo, ataca estas duas frentes.

V. O Programa PROFISCO II

5.1 O Programa está divido em três componentes, a saber: **Componente I. Gestão das Finanças e transparência fiscal. (US $20,68 Milhões).** Este componente está orientado para melhorar os instrumentos de gestão, modernizar a infraestrutura tecnológica e aumentar a transparência do fisco com a sociedade potencializando o desempenho institucional da SEFIN, e vai financiar:

a. **Implementação do modelo de gestão estratégica baseado em resultados.** Através de: (i) Plano Estratégico com base em resultados, incluindo Metodologia Acompanhamento e Avaliação de objetivos e indicadores de desempenho; (ii) Sistema Informático de acompanhamento e avaliação; e (iii) escritório de gestão de projetos e processos, incluindo atualização de processos organizacionais, metodologia de preparação, acompanhamento e avaliação de projetos e ferramenta informática de gestão.

b. **Implementação do modelo de gestão por competência de pessoas.** Através de: (i) modelo de gestão estratégica de pessoas; (II) plano de gestão de competências, incluindo mapeamento de competências individuais,

avaliação de desempenho individual baseada em competências, revisão do modelo de remuneração variável, definição de programa de formação orientada para a competência, elaboração de planos de competência individuais e avaliação do programa de formação.

c. **Implementação do modelo de governança de TI.** Através de: (i) elaboração do novo plano de desenvolvimento de TI (PDTI), incluindo análise de riscos e metodologia de segurança cibernética; (ii) metodologia de monitoramento e avaliação de serviços de TI incluindo ferramentas computacionais de apoio; (iii) expansão da infraestrutura tecnológica de hardware e software (dispositivos de armazenamento, servidores, dispositivos de rede, nobreak, firewall, computadores e licenças); e (iv) desenvolvimento e implementação de Novo Sistema integrado de tributação, arrecadação e fiscalização (SITAFE).

d. **Implementação do modelo de gestão de compras.** Através de: (i) modelo de aquisições, incluindo o planeamento e a padronização de processos e documentos; (ii) sistema informático de gestão de compras integrado ao novo sistema gestao financeira e orcamentária do estado, bem como as bases de dados da NF-e e da NFC-e; e (iii) metodologia para monitoramento e avaliação de satisfação dos usuários do sistema de compras.

e. **Implementação de mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade.** Através de: (i) revisão do modelo de comunicação incluindo desenvolvimento de produtos e serviços através de novos canais para melhorar a comunicação e a transparência fiscal com a sociedade; (ii) atualizar o portal da transparência; e (iii) reformulação do programa de educação tributária.

f. **Implementação do modelo de controle interno do Estado.** Através de: (i) mapeamento e redesenho dos processos de auditoria e controle internos; e (ii) metodologia de análise de riscos, incluindo ferramentas informáticas.

5.2 **Componente II. Administração tributária e contencioso fiscal. (US$3,79 milhões).** Componente orientado a incrementar as receitas próprias e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias dos contribuintes e financiará:

g. **Implantação do modelo de gestão de incentivos fiscais.** Através de: (i) metodologia para a gestão de benefícios fiscais incluindo mapeamento, estimação e avaliação de custos e benefícios; (ii) sistema informático para a gestão de incentivos fiscais; e (iii) metodologia para estimação do gap do gasto tributário.

h. **Implantação do modelo de planejamento e execução da ação fiscal.** Através de: (i) modelo de fiscalização ao comércio varejista incluindo: metodologia de planejamento da ação fiscal com a definição de metas e indicadores; utilização de ferramenta de *Business Intelligence* (BI) para o mapeamento dos contribuintes; ferramentas informáticas e manual de da ação fiscal; (ii) modelo de fiscalização de trânsito de mercadorias incluindo: metodologias de análises de risco e inteligência fiscal para apoiar a seleção das cargas para exame nos postos de controle; integração dos postos de

controle do Estado com o "Brasil ID"[6]; adequação física y tecnológica dos postos de controle.

i. **Implantação do processo eletrônico do contencioso fiscal.** Através de: (i) revisão dos processos do Tribunal Administrativo de Tributos do Estado - TATE; (ii) automatização dos processos; e (iii) solução tecnológica que permita a participação remota das partes envolvidas nos processos.

j. **Implantação do modelo de atenção ao contribuinte.** Através de: (i) revisão do modelo de atendimento presencial e eletrônico; (ii) mecanismo para consulta *online* da legislação e procedimentos vigentes; (iii) controle eletrônico de atendimento; (iv) avaliação dos serviços prestados; e (v) oferta de novos serviços no Portal do Contribuinte.

k. **Implantação do modelo de cobrança administrativa**. Através de: (i) revisão do modelo incluindo a definição das réguas de cobrança; (ii) sistema informático de cobrança contemplando facilidades aos contribuintes para o pagamento e parcelamento de suas dívidas; e (iii) definição do perfil dos contribuintes com base em análises de risco.

5.3 **Componente III. Administração financeira e gasto público. (US$4,95 milhões).** Está orientado a aumentar a eficiência do planejamento e execução financeira, e financiará:

a. **Implantação de metodologia de planejamento e execução orçamentária e financeira.** Através de: (i) revisão dos processos, definição de indicadores e integração dos processos de planejamento e orçamento;(ii) revisão de normas e diretrizes e automação do processo de preparação e execução do orçamento; e (iii) metodologia de gestão financeira incluindo o desenho dos processos e da estrutura do tesouro.

b. **Implantação do sistema integrado de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade.** Através de: (i) customização e desenvolvimento do novo sistema financeiro incluindo os módulos de planejamento do orçamento, programação financeira, execução orçamentária e financeira, gestão de convênios e contratos, gestão da dívida pública, patrimônio, gestão de custos, com geração da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial em tempo real; e (ii) integração do novo sistema aos sistemas corporativos do Estado: arrecadação, tributação e fiscalização, folha de pagamentos, aquisições.

c. **Implantação do modelo de gestão da dívida pública.** Através de: (i) diretrizes estratégicas, mapeamento e estandardização dos processos para gestão da dívida incluindo mecanismos de projeção do serviço da dívida segundo critérios estabelecidos nos contratos; e (ii) módulo de gestão da dívida integrado ao sistema financeiro incluindo o controle de pagamentos e passivos contingentes.

d. **Implantação de modelo de gestão dos custos públicos.** Através de: (i) metodologia para análises dos principais custos por sector incluindo a implantação de piloto em unidades setoriais da administração; (ii) módulo de

[6] Brasil ID é o sistema nacional de identificação, rastreamento e autenticação de mercadorias baseado em tecnologia de identificação por radiofrequência e outras de comunicação w*ireless* utilizado em produtos e documentos fiscais em trânsito no país.

gestão de custos integrado al sistema financeiro; e (iii) avaliação do projeto piloto para ampliação do modelo a todo o Estado.

VI. A análise econômica ex-ante

6.1 A análise econômica ex-ante se circunscreve a uma análise Custo-Benefício (C-B) visto que não se pretende medir os impactos do programa nas variáveis macroeconômicas do Estado como, por exemplo, o mercado de trabalho, mesmo porque estes impactos seriam marginais. Por exemplo, em uma análise econômica mais ampla um aumento de arrecadação de impostos poderia ser considerado neutro, visto que o aumento de arrecadação transferiria recursos do contribuinte para o governo. No entanto, neste caso específico, o aumento da arrecadação não resulta de um aumento de impostos, mas de uma redução da evasão fiscal que reduz as distorções na economia, já que as empresas que sonegam impostos têm uma vantagem comparativa ilegal que distorce a competitividade econômica. Assim, o aumento da arrecadação, resultante da redução da evasão fiscal, reduz as distorções econômicas no Estado e, ao mesmo tempo, amplia os fundos estatais para a prestação de serviços aos cidadãos. Em outras palavras, o aumento da arrecadação, neste caso, constitui um claro benefício para o Estado de Rondônia.

6.2 Bobbio, E (2016) discute o impacto da evasão fiscal nas taxas de crescimento de longo prazo. “A vantagem de custo obtida por empresas com um escopo mais elevado para a evasão fiscal resulta em concorrência desleal, reduzindo os incentivos para inovar para todos as empresas. Ambos os canais deprimem a atividade inovadora das empresas na economia. Como resultado, há menos seleção em equilíbrio e a economia é povoada por uma maior fração de pequenas, menos produtivas e menos inovadoras empresas do que seria na ausência de evasão fiscal, reduzindo ainda mais a taxa de crescimento agregado ao longo da extensa margem. Além disso, uma fração maior de pequenas empresas com um maior alcance para a evasão fiscal aumenta o grau de concorrência desleal, potencialmente desencadeando um ciclo vicioso em que o processo de crescimento freia e levam as empresas a parar de inovar. Os exercícios contrafactuais com base numa versão calibrada do modelo sugerem que a ações fiscais para redução da evasão teria aumentado a taxa de crescimento a longo

prazo de 0,9 para 1.1% na Itália, com referência ao período compreendido entre 1995 e 2006." (Tradução do autor).[7]

6.3 Os custos de investimento e manutenção são medidos pelos preços de mercado.[8] Esta opção está baseada no entendimento que, neste projeto, os preços de mercado refletem os custos sociais de oportunidade para os recursos. Desta maneira, se optou por elaborar uma análise C-B, estimando os custos e benefícios financeiros ex-ante. Adicionalmente, a maior probabilidade é que a aplicação de preços sombra reduziria os custos totais do investimento e manutenção. Aplicando os preços de mercado torna-se a avaliação mais conservadora, com taxas de retorno menores comparadas às que seriam alcançadas se preços sombras fossem aplicados.

6.4 Esta análise considera os custos e benefícios financeiros para o governo do Estado de Rondônia. Além do aumento de arrecadação advindo do novo modelo de fiscalização de trânsito de mercadorias e novo sistema de cobrança, também se considera substanciais economias para o governo com a adoção de um novo sistema de gestão da folha de pagamentos, compras, formalização de processos, conciliação bancaria e apropriação de gastos com saúde. Um terceiro grupo de benefícios inclui redução de custos para o contribuinte através da eliminação de uma obrigação acessória, disponibilidade de serviços online e da implantação do novo modelo de fiscalização de trânsito de mercadorias com redução de, no mínimo, 30% do número de veículos obrigados a parar nos postos fiscais.

6.5 O universo temporal é de dez anos a partir do início da execução do programa, independendo do começo especifico da execução em ano calendário. Assim, a

---

[7] Bobbio, E (2016), "Tax evasion, firm dynamics and growth", Bank of Italy Occassional Paper No 357. "The cost advantage enjoyed by firms with a higher scope for tax evasion results in unfair competition, lowering the incentives to innovate for all firms. Both these channels depress the innovative activity of incumbent firms in the economy. As a result there is less selection in equilibrium and the economy is populated by higher fraction of small, less productive and less innovative firms than it would be in the absence of tax evasion, further reducing the aggregate growth rate along the extensive margin. In addition a larger fraction of small firms with a higher scope for tax evasion increases the degree of unfair competition, potentially triggering a vicious cycle where the growth process brakes down and incumbent firms stop innovating. Counterfactual exercises based on a calibrated version of the model suggest that enforcing taxes would have increased the long-run growth rate from 0.9 to 1.1% in Italy, with reference to the period between 1995 and 2006."

[8] Em uma avaliação econômica, se os custos dos bens e serviços são afetados por fortes distorções de preços, preços sombra devem ser aplicados, pois mais adequadamente refletem os custos sociais de oportunidade dos recursos. Por exemplo, quando os preços reais dos bens e serviços utilizados no projeto estão distorcidos devido a deficiências do mercado ou os salários não guardam relação com a produtividade da mão de obra. Ver Comissão Europeia (2003), "Guía del análisis costes-beneficios de los proyectos de inversión" de la Comisión Europea.

análise vai do ano 1 ao ano 10, que corresponderia aproximadamente aos anos 2019 e 2028, respectivamente.

6.6 Os custos incluídos são:

a. Custo de financiamento do programa de US$ 27,7 milhões desembolsado em cinco anos;
b. Custo de contrapartida pelo Estado de Rondônia em um total de US$ 3,1 milhões desembolsado em cinco anos;
c. Custos financeiros associados ao financiamento do programa: taxa de crédito para valores não desembolsados e juros para valores desembolsados; e
d. Custo de manutenção de sistemas depois de implantados e durante todo o período da avaliação.

6.7 Os benefícios estão distribuídos em três áreas específicas:

a. Aumento de arrecadação tributária através de um novo modelo de fiscalização do trânsito de mercadorias e implantação de um modelo de cobrança do crédito tributário;
b. Redução de custos (tempo) para o contribuinte para cumprir suas obrigações tributárias, disponibilização online de serviços atualmente apenas presenciais e redução do número de veículos de carga obrigados a parar em postos fiscais;
c. Redução de custos para o governo de Rondônia na área de saúde, formalização e automação de serviços, preparação da folha de pagamentos, sistema de compra e conciliação bancária.

6.8 Os custos, exceto os custos de manutenção foram calculados em dólares. Os custos de manutenção e os benefícios foram calculados em Reais e transformados em dólares usando uma taxa de câmbio de R$3,3 = US$1 (Fonte: Pesquisa Focus do Banco Central com agentes do mercado financeiro – 16 de marco de 2018 - taxa de câmbio média para 2018).

A. Custos

6.9 Os custos associados ao programa foram calculados da seguinte forma:

a. Os custos de financiamento estão alocados segundo as previsões de desembolso do Plano de Execução Plurianual (PEP) do programa.
b. Os custos de contrapartida também estão alocados segundo as previsões de desembolso do PEP.
c. Os custos financeiros estão divididos entre juros e taxa de crédito. A taxa de juros aplicada é a estabelecida pelo BID para o primeiro trimestre de 2018 para empréstimos com o Capital Ordinário de 2,65% (taxa libor/3 meses (1,72%) + margem de captação (0,13%) + spread do BID (0,80%)). A taxa de crédito usada é a estabelecida pelo BID para o primeiro semestre de 2018 de 0,5% sobre o total não desembolsado. Assume-se um financiamento de 25 anos com um período de graça de 5 anos. Assim os juros são calculados sobre os valores desembolsados e, a partir do sexto ano, é calculado sobre o valor total desembolsado menos a amortização (5% do valor do financiamento anual). Por exemplo, no sexto ano aplica-se a taxa de

juros sobre US$ 27,730 milhões menos US$1,387 milhões de amortização. No sétimo ano o valor passa para US$27,730 milhões menos US$ 2,773 milhões e assim por diante.

d. Os custos de manutenção foram calculados da seguinte forma:
   i. Custos de manutenção incidem sobre os investimentos em bens e obras (48,1% do programa = R$ 43,5 milhões) e sobre contratos de consultoria para desenvolvimento de sistemas (34,7% do programa = R$ 31,5 milhões).
   ii. A alocação anual dos investimentos nestas categorias de custo é feita seguindo os percentuais de desembolso para o programa como um todo.
   iii. As aquisições de bens referem-se a veículos, balanças para postos fiscais, mobiliário e, equipamentos de TI. Em geral, estima-se em 10 anos a depreciação da maior parte de bens. No entanto, equipamentos de TI tornam-se obsoletos em menor tempo. Adotou-se 8 anos, como média, para depreciação dos valores alocados para aquisição de bens.
   iv. Para os serviços de consultoria para desenvolvimento de sistemas, adotou-se uma taxa de manutenção de 10% ao ano, o que equivale em dez anos o valor gasto no desenvolvimento dos mesmos. Em outras palavras, seria como substituir os sistemas em um prazo de dez anos.
   v. Os gastos de manutenção iniciam no ano seguinte aos investimentos. A Tabela 3 abaixo mostra a distribuição dos valores de manutenção em R$ 1.000.

Tabela 3: Cálculo dos Custos de Manutenção Pernambuco (em R$ 1.000)

	Total	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	ano 6	ano 7	ano 8	ano 9	ano 10
Gastos em bens e obras	43.542	3.727	6.309	14.462	10.999	8.045	-	-	-	-	-
Gastos em consultoria	31.469	2.694	4.560	10.452	7.949	5.814	-	-	-	-	-
Gastos manutenção											
Bens e obras adquiridos no ano 1	3.727	-	466	466	466	466	466	466	466	466	-
Bens e obras adquiridos no ano 2	6.309	-	-	789	789	789	789	789	789	789	789
Bens e obras adquiridos no ano 3	12.654	-	-	-	1.808	1.808	1.808	1.808	1.808	1.808	1.808
Bens e obras adquiridos no ano 4	8.249	-	-	-	-	1.375	1.375	1.375	1.375	1.375	1.375
Bens e obras adquiridos no ano 5	5.028	-	-	-	-	-	1.006	1.006	1.006	1.006	1.006
Consultorias pagas no ano 1	2.424	-	269	269	269	269	269	269	269	269	269
Consultorias pagas no ano 2	3.648	-	-	456	456	456	456	456	456	456	456
Consultorias pagas no ano 3	7.316	-	-	-	1.045	1.045	1.045	1.045	1.045	1.045	1.045
Consultorias pagas no ano 4	4.770	-	-	-	-	795	795	795	795	795	795
Consultorias pagas no ano 5	2.907	-	-	-	-	-	581	581	581	581	581
Total	57.033	-	735	1.980	4.833	7.003	8.590	8.590	8.590	8.590	8.124

Fonte: Cálculos Próprios baseados nos gastos em bens, obras e consultorias incluídos no PAI e nas taxas de manutenção dos mesmos.

6.10 As estimativas dos custos totais, incluindo custos de financiamento, contrapartida, financeiros e de manutenção, estão apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4: Custos PROFISCO II Rondônia (em mil dólares)

	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	ano 6	ano 7	ano 8	ano 9	ano 10	Total
Custos totais	-3.918	-11.421	-7.483	-11.476	-3.675	-3.341	-3.304	-3.268	-3.231	-3.051	-54.168
Financiamento	-3.604	-10.643	-5.462	-7.237	-786	0	0	0	0	0	-27.731
Contrapartida local	-98	-98	-850	-2.035	0	0	0	0	0	0	-3.081
Juros	-95	-386	-522	-714	-735	-698	-661	-625	-588	-551	-5.576
Comissão de crédito	-121	-67	-40	-4	0	0	0	0	0	0	-232
Manutenção	0	-226	-609	-1.487	-2.155	-2.643	-2.643	-2.643	-2.643	-2.500	-17.549

Fonte: Cálculos do autor baseados nos Custos totais do projeto.

B. Benefícios

6.11 O PROFISCO II inclui três grandes áreas de atuação divididas em um total de 15 produtos. Quase todos os produtos gerarão aumento de receita, economia para o contribuinte ou redução de gastos para o governo. Para a análise C-B foram selecionados 8 produtos (1 do componente 1, 4 do componente 2 e 3 do componente 3), que caracterizam bem os ganhos potenciais e que contam com disponibilidade de dados para identificar e quantificar adequadamente os benefícios.

6.12 A maior parte dos benefícios medidos resultam de economias de gastos para o estado (68,6%), principalmente as reduções de gastos relacionados à saúde, pessoal na preparação da folha de pagamentos, contencioso, atendimento presencial e compras. Aumento da arrecadação advindos do novo modelo de cobrança e da fiscalização do transito soma 19,3% dos benefícios medidos enquanto 12,1% representam economias para o contribuinte relacionadas à redução do número de veículos de carga obrigados a parar nos postos ficais, na maior disponibilização online de serviços atualmente apenas presenciais e na eliminação de uma obrigação acessória.

B.1 Aumento de Arrecadação

6.13 O Componente II (Administração tributária e contencioso fiscal) do PROFISCO II financiará iniciativas que buscam aumentar a arrecadação própria de Rondônia, incluindo, entre outras: (i) um novo sistema para concessão, gestão e monitoramento dos incentivos fiscais; (ii) a integração com o Portal Único de Comércio Exterior para o pagamento de impostos relacionados às importações e exportações; (iii) um modelo de fiscalização das mercadorias em trânsito reestruturado, contemplando a criação do posto fiscal virtual de controle de mercadorias em trânsito; (iv) ampliação da central de operações estratégicas, nova metodologia de análise de riscos dos contribuintes com a incorporação de novas soluções de mineração de dados implantada; e (iv) implantação de uma nova

sistemática de recuperação do crédito incluindo a sistematização da Régua de Cobrança, contemplando a criação de novas estratégias e prazos para recuperação do crédito tributário.

6.14 Todas as ações descritas acima, especialmente o uso mais intensivo de tecnologia na gestão tributária, irão impactar no aumento da arrecadação através da redução da evasão fiscal.[9]

6.15 Para a análise C-B, foram analisados dois exemplos que conta com dados disponíveis e adequados para a medição de aumentos de arrecadação frente experiências similares em outro estado.

6.16 **Exemplo 1**: **Novo Modelo de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito**. O Estado de Goiás adotou a Fiscalização Inteligente e Seletiva (FIS) em dezembro de 2016, possibilitando o cruzamento de um grande volume de dados gerando indicadores de identificação de potenciais fraudadores de impostos. O sistema inclui informações de todos os envolvidos com a movimentação de mercadorias: industriais, distribuidores, varejistas, transportadoras, motoristas e contadores. Se um deles for citado em autos de infração, multas ou irregularidades, o cadastro é incluído como potencial fraudador. Quanto mais frequentes as ocorrências registradas e maior o número de sonegadores contumazes envolvidos, maior é o alerta emitido para determinada carga, via mobile (smartphones) com geolocalização e leitura de caracteres de placas de veículos. Assim, a mercadoria é acompanhada em tempo real pelas rodovias a partir do momento em que a nota fiscal é emitida. Os fiscais abordam especificamente os veículos com cargas suspeitas de sonegação. Os auditores, por sua vez, têm acesso em tempo real a outros processos e podem incluir novos registros imediatamente.

6.17 Os resultados são bastante positivos. Com o uso do FIS, o valor das autuações no transito de mercadoria cresceu 25,4% em termos nominais e 16,7% em termos reais, nos primeiros seis meses de 2017 comparado com igual período do ano anterior, lembrando que o FIS foi implantado em dezembro de 2016, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5: Crescimento autuação trânsito mercadorias - Goiás - R$ e %

	Nominal	Real
Jan-Jun 2016	126.579.235	135.003.700,5
Jan-Jun 2017	157.506.741	157.506.741
Crescimento	24,4%	16,7%

Fonte: SEFAZ-GO 2016/17 – Relatórios Fiscais semestrais de Arrecadação do Trânsito

6.18 O PROFISCO II vai financiar a implantação de um sistema de fiscalização do trânsito de mercadorias em Rondônia similar ao que foi implantado em Goiás. A arrecadação do trânsito de mercadorias em Rondônia em 2017 foi de R$ 32 milhões. A arrecadação de autuações de trânsito de mercadorias é quase 100%, visto que a liberação das cargas só é feita com o recebimento da autuação. Assumindo uma taxa de crescimento conservadora equivalente à metade daquela verificada em Goiás, isto significaria uma arrecadação adicional de R$2,7

9 Um estudo publicado este ano pela OECD, "Technology Tools to Tackle Tax Evasion and Tax Fraud", provê exemplos de sucesso em diversos países com o uso de tecnologia no cambate à evasão e fraude fiscais. https://www.oecd.org/tax/crime/technology-tools-to-tackle-tax-evasion-and-tax-fraud.pdf.

milhões. No entanto, este aumento da arrecadação seria gradual à medida que o sistema vá sendo implantado no estado. A Tabela 6 mostra este aumento gradual iniciando no ano 3 da execução do programa.

Tabela 6: Aumento da Arrecadação do Trânsito de Mercadorias (R$1000)

	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	Ano 5
Trânsito de Mercadorias (R$ 1000)	-	806.747	1.613.494	2.689.156	2.689.156
Incrementos	0%	30%	60%	100%	100%

Fonte: Cálculos do autor baseados na arrecadação de transito em 2016 (SEFIN-RO) e ganhos de arrecadação em Goiás (SEFAZ-GO).

6.19 A fiscalização do trânsito de mercadorias em Rondônia conta com apenas o posto fiscal de Vilhena. Um importante posto fiscal, o de Candeias, foi fechado em 2013, devido a insuficiência do quadro de auditores fiscais para compor a escala de plantões (realizado novo concurso público para auditores e técnicos tributários em janeiro/2018, após 8 anos sem concurso). Adicionalmente, a duplicação da Rodovia BR-364 entre Porto Velho e Candeias do Jamari, com a instalação de barreira divisória de concreto entre as pistas e construção de uma passarela para pedestres em frente ao Posto, dificultava a continuidade das operações de fiscalização naquele local. O novo modelo de fiscalização será um importante substituto baseado em tecnologia e análise de risco para o fechamento deste posto. O aumento de arrecadação deverá ser maior do que a premissa conservadora adorada nesta análise C-B.

6.20 **Exemplo 2: Melhoria da arrecadação com a adoção de um novo modelo de cobrança.** A falta de uma estrutura única que centralize a cobrança do contribuinte, independentemente da situação ou origem do crédito tributário, inclusive os já inscritos na Dívida Ativa, diminui a eficiência da recuperação do crédito tributário, tanto administrativa quanto judicialmente. Adicionalmente, a falta de mapeamento dos processos e de uma padronização dos procedimentos e a elaboração de manuais e normas regulamentadoras contribuem para uma baixa efetividade na recuperação do crédito tributário. Adicionalmente, existe uma deficiência na infraestrutura tecnológica (hardware, software e comunicação) e mobiliária para o desenvolvimento das atividades.

6.21 Todos estes problemas resultam em uma baixa recuperação do crédito tributário. Entre os 29.513 contribuintes com lançamento de ICMS, 4.950 (16,7%) estavam inadimplentes em 2016. Mais de R$ 47 milhões de valores declarados de ICMS não foram pagos em 2016. No mesmo ano foram recuperados R$37 milhões da divida ativa, representando 0,5% do estoque da mesma.

6.22 O PROFISCO II financiará uma série de atividades nestas áreas, tais como o mapeamento e redesenho do fluxo de cobrança dos tributos, dos processos relativos à inscrição e à cobrança da dívida ativa; dos processos que envolvem a arrecadação e a restituição do indébito tributário; a implantação de um novo sistema para a gestão tanto da Cobrança do Crédito Tributário, da Dívida Ativa, como da Arrecadação. Envio de notificação de suspensão de benefícios fiscais;

6.23 Experiência de outros estados como Goiás e Santa Catarina demostraram que modelos semelhantes de cobrança resultaram em ganhos efetivos reais acima de

5% sobre os valores arrecadados antes da adoção do modelo[10]. No caso de Rondônia Sul optou-se por uma hipótese mais conservadora de ganhos de 1% no primeiro ano, subindo para 2% a partir do segundo ano do programa, estabilizando em 8% do quinto ano em diante. Estes ganhos representam uma arrecadação adicional de R$841 mil no primeiro ano do programa, subindo gradativamente e alcançando R$ 6,7 milhões do quinto ano em diante.

6.24 Os dois exemplos acima de aumento de arrecadação representam 19,3% do total de benefícios medidos ao final dos dez anos da análise C-B.

B.2. Redução de custos para o Estado

6.25 **Exemplo 1: Redução do custo de preparação da Folha de Pagamentos.** O atual sistema de folha de pagamentos demanda um grande número de servidores para sua preparação e execução. Os departamentos de Recursos Humanos dos órgãos setoriais levantam as gratificações e adicionais que compõe a folha. Os órgãos setoriais também apuram a frequência. O ponto é documentado manualmente pelas gerencias, digitalizado mensalmente e enviado via SEI para o RH setorial que verifica as informações e tabula os dados no BAF (boletim de frequência), e por fim publica o boletim no sistema GOVERNA e envia via SEI para SEGEP. Apresentadas e verificado todas informações a SEGEO bloquei o pagamento da folha. O novo sistema irá automatizar a maioria dos procedimentos deste processo.

6.26 A Tabela 7 mostra que, em 2017, 8 pessoas trabalhavam em tempo integral e 73 em tempo parcial na preparação e execução da folha de pagamentos. Cada pessoa em tempo integral custou ao governo, em média, R$2,6 mil mensal e em tempo parcial custou R$2,5 mil mensal, incluindo encargos. Por ano, estes gastos totalizam R$2,6 milhões.

6.27 A SEFIN-RO estima uma redução substancial de horas trabalhadas na folha de pagamento, requerendo apenas 3 servidores em tempo integral com o novo sistema. Esta redução é, equivalente a uma economia de R$2,5 milhões anualmente. A economia de gasto com pessoal está também dividida no tempo, 30% da redução começando no segundo ano de execução do programa, 60% no terceiro e 100% do quarto ano em diante.

Tabela 7: Custo de Pessoal Associado à Preparação da Folha de Pagamentos - Rondônia - 2017

		Tempo Integral	Tempo Parcial	Total
Antes	Numero	8	73	81
	Custo médio mensal	2.603	2477,76	2490,15
	Custo médio anual (13 meses)	33.842	32.211	32.372
	Custo Total Anual	270.735	2.351.394	2.622.129
Despois	Numero	3	0	3

[10] O Estado do Paraná, na última reunião do GT50- Recuperação de Créditos, ocorrida em outubro de 2017, apresentou o resultado de um projeto para tratamento dos devedores contumazes, com estabelecimento de um regime especial de controle, fiscalização e pagamento. De acordo com dados apresentados, das empresas notificadas e/ou incluídas no regime especial, no primeiro quadrimestre de 2017, houve um aumento da arrecadação de 138%, em comparação com o mesmo período de 2016.

	Custo médio mensal	2.603	2477,76	2603,22
	Custo médio anual (13 meses)	33.842	32.211	33.842
	Custo Total Anual	101.526	-	101.526
Economia	Numero	5	73	78
	Custo médio mensal	2.603	2.478	2.490
	Custo médio anual (13 meses)	33.842	32.211	32.372
	Custo Total Anual	169.209	2.351.394	2.520.604

Fonte: Cálculos do autor baseados nas informações da SEFIN-RO, 2017.

6.28 **Exemplo 2: Redução com os Gastos de Saúde.** O Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS) é um sistema solidário com relação aos custos do atendimento ao cidadão. Parte dos custos ocorridos pelos estados é reembolsado pelo SUS de acordo com tabelas de preços e as notificações homologadas pelo sistema.

6.29 Em 2017, uma auditoria nas nove unidades de saúde pertencentes ao estado contabilizou que 66.976 foram internados nestas unidades a um custo total de quase R$500 milhões. A Tabela 8 mostra que destes quase 70 mil atendimentos apenas 58,5% foram notificados ao SUS que homologou reembolsos totalizando R$56,8 milhões, com um pagamento médio de R$1.450 por paciente. A Tabela 8 mostra que, se os mais de 27 mil atendimentos não notificados ao SUS fossem reembolsados pelo valor médio pago pelos que foram notificados, o estado teria recebido mais de 80 milhões de Reais no ano.

6.30 O novo sistema de gestão de custos a ser implantado pelo PROFISCO II irá padronizar e automatizar procedimentos de notificação ao SUS de Autorizações de Internação Hospitalar (AIH), substancialmente aumentando a participação do SUS nos custos de saúde, representando uma economia para o governo de Rondônia. A Secretaria de Saúde de Rondônia estima uma economia de 50% destes custos para o estado com a implantação do novo sistema de gestão de custos. A análise C-B parte de uma premissa mais conservadora e inclui uma economia de 20% dos valores não notificados, com redução incremental de 25% deste valor a partir do primeiro ano de execução do programa, alcançando uma economia total de R$16 milhões do quarto ano em diante.

Tabela 8: Custo e Subnotificações de Unidades de Saúde - Rondônia - 2017

	Real		Notificados ao SUS			Subnotificação	
Unidade de Saúde	Pacientes Número	Custo Realizado (R$)	Paciente Números	Aprovado pelo SUS (R$)	Custo por paciente (R$ SUS)	Pacientes Número	Perda Potencial R$
Cemetron Porto Velho	2070	29.313.237	1.344	1.818.911	1.353	726	982.537
Hospital Joao Paulo II Porto Velho	15548	122.989.994	2.888	14.753.089	5.108	12.660	64.672.475
Hospital Cosme e Damiao Porto Velho	5026	31.508.916	3.783	1.718.949	454	1.243	564.804
Hospital Regional de Buritis	1519	7.738.712	541	194.715	360	978	351.998
Hospital de Base Porto Velho	24365	195.744.143	18.797	28.108.240	1.495	5.568	8.326.152
Hospital Regional de Extrema	1659	10.680.954	900	393.537	437	759	331.883
Hospital Regional de Cacoal - HRC	6171	87.982.702	4.242	6.211.496	1.464	1.929	2.824.605
Hospital Regional de São Francisco	1791	9.969.625	1.516	724.285	478	275	131.384

Hospital de Urgência e Emergência regional de Cacoal HUERC	8827	3.590.846	5.173	2.896.364	560	3.654	2.045.875
Total	66976	499.519.129	39.184	56.819.587	1.450	27.792	80.231.715

Fonte: Secretaria de Saúde - Rondônia, 2017

6.31 Exemplo 3: Redução de Gastos com o Novo Sistema de Conciliação Bancária. A conciliação bancária, além de ser um controle interno e eficiente para toda e qualquer Unidade Gestora, tem como objetivo principal apurar e explicar as eventuais diferenças encontradas entre o saldo apresentado pelo banco, por meio do extrato bancário, e aquele registrado pelo órgão na contabilidade. Para tanto, foi criado o modulo "concilia" no SIAFEM que permite as Unidades Gestoras agrupem mensalmente o compilado das conciliações diárias. O modulo possibilita a gestão das pendências contábeis, porém não anexa os extratos bancários. Vale destacar também que o SIAFEM não apura automaticamente, no contábil, os desembolsos financeiros diários. Diariamente cada órgão setorial confronta os dados do SIAFEM (planilha gerencial) com os extratos bancários garantindo coerência entre os lançamentos. Caso há alguma divergência o órgão setorial corrige, porem se a divergência aparece no agrupado mensal, o apontamento é registrado no Concilia. A Superintendência de Contabilidade companha os lançamentos e apoia os órgãos setoriais nas atividades diárias. No final do mês, após os dados serem submetido no CONCILIA a superintendência verifica todas as informações.

6.32 Com o sistema manual atual, 49 pessoas estão envolvidas nas atividades de conciliação bancária (3 em tempo integral e 46 em tempo parcial), custando ao Estado mais de R$2,4 milhões anualmente, como mostra a Tabela 9. Com o novo sistema de automação da conciliação bancária, a SEFIN-RO estima que, no máximo, três servidores serão alocados a este trabalho, representando uma economia final de R$1,55 milhões anualmente. As economias para o estado seguem o calendário de implantação do sistema de conciliação bancária nos

órgãos setoriais, registrando 20% no primeiro ano, 330% no segundo, 60% no terceiro e 100% do quarto ano em diante.

Tabela 9: Custo de Pessoal da Conciliação Bancária

		Integral	Parcial	Total
Antes	Número	3	46	49
	Custo médio mensal	4.894	2600	3770
	Custo médio anual (13 meses)	63.628	33.802	49.007
	Custo Total Anual	190.885	1.554.889	2.401.334
Despois	Número	3	0	3
	Custo médio mensal	4.894	2.600	4.894
	Custo médio anual (13 meses)	63.628	33.802	63.628
	Custo Total Anual	190.885	0	190.885
Economia	Número	0	3	3
	Custo médio mensal	4.894	2.600	2.600
	Custo médio anual (13 meses)	63.628	33.802	33.802
	Custo Total Anual	0	1.554.889	1.554.889

Fonte: Cálculos Próprios baseados nas Informações da SEFIN-RO, 2017

6.33 **Exemplo 4: Redução de Gastos para o estado com a disponibilização online de serviços atualmente apenas presenciais.** Vinte e sete serviços que hoje são prestados ao contribuinte apenas presencialmente serão automatizados e disponibilizados online, reduzindo o número de horas de funcionários do fisco envolvidos neste atendimento. (Ver Tabela X). Atualmente, o atendimento a estes serviços demanda dez servidores em tempo integral, a um custo médio de R$ 6.574 por servidor. Dez servidores resultam em um custo mensal de R$ 85.465, multiplicado por 13 (incluindo decimo-terceiro salário) custa um total de R$ 855 mil ao governo anualmente.

6.34 A disponibilização online destes serviços resultará em uma redução, estimada pela SEFIN-RO, de 80% do trabalho atualmente alocado para o atendimento presencial. Isto significa uma economia de R$684 mil para o governo anualmente.

6.35 A SEFIN-RO estima que 25% destes serviços serão disponibilizados no primeiro ano de execução do programa, 50% no segundo ano e 100% a partir do terceiro ano.

6.36 Exemplo 5: Redução de Gastos com o Novo Sistema de Compras. O novo modelo de estratégia de compras no estado visa à melhoria da qualidade do gasto público. Serão feitos estudos para avaliar toda cadeia de suprimentos, com seus gastos, investimentos, histórico de despesas por grupos/classes de materiais e serviços, avaliação de fornecedores, perfil de gastos por unidade consumidora, por Secretaria, por tipo de licitação, entre outros. Este novo modelo já foi implantado

em outros estados, por meio de consultorias, e resultou em uma economia de cerca de 8 a 12% do total dos gastos com compras. No estado do Rio de Janeiro foram analisadas 10 famílias de compras e obteve-se uma economia de 98 milhões ao ano; enquanto que no estado de Minas Gerais foram analisadas 7 famílias de compras com uma economia de 118 milhões ao ano. A prefeitura do Rio de Janeiro também aderiu ao modelo e analisaram 5 famílias de compras, com uma economia de 70 milhões.

6.37 Em Rondônia, o novo sistema atuará sobre o valor das compras do estado que, em 2017, totalizaram R$ 665 milhões. Nesta análise C-B adota-se uma hipótese substancialmente conservadora de economias crescentes de 0,25% no primeiro ano, 0,5% no segundo, 0,75% no terceiro, 1% no quarto e 1,5% do quinto ano em diante. Assim, do quinto ano em diante o estado estará economizando cerca de R$10 milhões anualmente sobre os valores executados em 2017.

B.3. Redução de custos para o Contribuinte

6.38 **Exemplo 1: Redução de Gastos para o contribuinte com a disponibilização online de serviços atualmente apenas presenciais.** Vinte e sete serviços que hoje são prestados ao contribuinte apenas presencialmente serão automatizados e disponibilizados online, dispensando o contribuinte da obrigatoriedade de se deslocar de seu local de trabalho até uma das agências do fisco estadual, esperar para ser atendido e dispender o tempo de atendimento e voltar para seu local de trabalho. Alguns destes serviços demandam mais de uma visita ao fisco, como por exemplo o de isenção do ICMS para veículos adaptados a portadores de deficiência física.

6.39 Em 2017, como ilustra a Tabela 10 abaixo, 7,918 contribuintes requereram diferentes serviços, representando 14.571 visitas às agências do fisco, em um total de 7.462 horas apenas de tempo de atendimento. Estimou-se, conservadoramente, uma hora de tempo entre o deslocamento do contribuinte (ida e volta) entre seu local de trabalho e a uma agência doo fisco mais tempo de espera para ser atendido. A soma do deslocamento, tempo de espera e atendimento totalizam 22.033 horas anuais. Com um custo estimado de R$20 por hora, a disponibilidade destes serviços online resultará em uma economia de R$441 mil anualmente para o contribuinte. A SEFIN-RO estima que 25% destes serviços serão

disponibilizados no primeiro ano de execução do programa, 50% no segundo ano e 100% a partir do terceiro ano.

Tabela 10: Quantidade e Tempo Dispendido em Atendimento Presencial em 2017

QUANTIDADE E TEMPO DISPENDIDO EM ATENDIMENTOS PRESENCIAIS QUE SERÃO DISPONIBILIZADOS PARA ATENDIMENTO 100% VIA WEB

Item	SERVIÇO	QTDE	ATEND. POR SERV.	1ª DRRE		2ª DRRE		3ª DRRE		4ª DRRE		5ª DRRE		6ª DRRE		TEMPO TOTAL (H:MM)
				TEMPO	QTDE	TEMPO	QTDE	TEMPO	QTDE	TEMPO	QTDE	TEMPO	QTDE	TEMPO	QTDE	
1	028-LIQUIDAÇÃO DE DÉBITO FISCAL DESVINCULADO DA CONTA GRÁFICA	3.498	2	01:00	1384	00:15	1114	00:20	512	00:25	92	00:40	118	00:30	278	4178:20
2	098-NF-E CANCELAMENTO EXTEMPORANEO	756	2	00:20	216	00:10	96	00:15	158	00:20	68	00:20	42	00:25	176	475:00
3	046-ICMS - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO	665	2	00:30	402	00:10	64	00:15	44	00:20	33	00:20	28	00:25	94	564:20
4	021-INSCRIÇÃO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO - OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO	608	1	00:30	608	00:10	0	00:15	0	00:20	0	00:20	0	00:25	0	304:00
5	030-REATIVAÇÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL	420	1	00:30	164	00:10	50	00:15	80	00:20	40	00:20	30	00:25	56	157:00
6	059-PRODUTOR RURAL - BAIXA DE CADASTRO	373	1	00:30	40	00:10	70	00:15	94	00:20	21	00:20	64	00:25	84	118:30
7	027- ICMS - ISENÇÃO-VEÍCULOS ADAPTADOS-PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA	387	3	00:40	170	00:15	58	00:20	16	00:25	55	00:30	30	00:30	58	600:15
8	101-IMPUGNAÇÃO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL	246	1	00:20	176	00:10	22	00:15	0	00:20	0	00:30	2	00:25	46	82:30
9	018-LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS - EXTRAVIO OU INUTILIZAÇÃO	221	2	00:40	84	00:10	28	00:15	2	00:20	5	00:30	0	00:25	102	210:40
10	026- ICMS-ISENÇÃO AQUISIÇÃO VEÍCULO DE ALUGUEL-TAXI	143	2	00:40	108	00:10	8	00:15	2	00:20	7	00:30	10	00:25	8	169:00
11	009-CÓPIA DE PROCESSO	112	2	00:40	68	00:15	10	00:20	4	00:30	2	00:30	0	00:30	28	128:20
12	039-REGIME ESPECIAL - TERMO DE ACORDO - OUTROS	101	2	00:30	68	00:10	16	00:15	2	00:15	3	00:30	2	00:25	10	86:10
13	008-CONSULTA A LEGISLAÇÃO	97	2	00:30	60	00:10	16	00:15	12	00:15	1	00:30	0	00:25	8	78:30
14	083-CADASTRO COMERCIO COMB - DISTRIBUIDORA, TRR E VAREJISTA	61	2	00:40	42	00:10	8	00:15	6	00:15	1	00:30	0	00:25	4	65:30
15	047-IPVA - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO	62	2	00:40	38	00:10	4	00:15	2	00:15	2	00:30	4	00:25	12	68:00
16	035-REGIME ESPECIAL - T. DE ACORDO - CRÉD PRESUM IMPORTAÇÃO - LEI Nº 1.473/05	48	2	00:40	48	00:10	0	00:15	0	00:15	0	00:30	0	00:25	0	64:00
17	048- ITCD - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO	34	2	00:40	10	00:10	0	00:15	2	00:15	2	00:30	2	00:25	18	32:20
18	036-REGIME ESPECIAL - TERMO DE ACORDO - EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL	24	2	00:40	18	00:10	2	00:15	0	00:15	2	00:30	0	00:25	2	27:20
19	014- ICMS ANTECIPADO - PEDIDO DE DISPENSA DE PAGAMENTO	16	2	00:40	4	00:10	6	00:15	0	00:15	0	00:30	4	00:25	2	13:00
20	084-REG. ESPECIAL-T. DE ACORDO CRÉD. PRESUM. - BARES, RESTAUR., HOTEIS E SIM.	16	2	00:40	8	00:10	2	00:15	2	00:15	2	00:30	2	00:25	0	15:20
21	040-REGIME ESPECIAL - DIFER. CAFÉ, MADEIRA, MILHO EM GRÃOS E SOJA EM GRÃOS.	11	2	00:40	2	00:10	0	00:15	0	00:15	3	00:30	0	00:25	6	9:10
22	034-REGIME ESPECIAL - TERMO DE ACORDO - RBC - CONCES VEÍCULOS AUTOM E DUAS RODAS	14	2	00:40	4	00:10	0	00:15	2	00:15	0	00:30	4	00:25	4	13:40
23	099-PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA DEFESA DE AUTO DE INFRAÇÃO	5	1	00:20	4	00:10	0	00:15	0	00:15	1	00:20	0	00:20	0	1:35
														TEMPO TOTAL DISPENDIDO EM ATENDIMENTOS PRESENCIAIS EM 2016		7462:30

Fonte: Relatório de atendimento presencial da SEFIN-RO, 2017.

6.40 **Exemplo 2: Eliminação de uma obrigação acessória**. O Brasil ocupa uma das piores posições (181 em 190) em tempo necessário para o contribuinte cumprir com suas obrigações tributárias, segundo o Doing Business. Embora os dados se refiram apenas ao Rio de Janeiro e São Paulo, a situação não é diferente para o resto do país. A edição de 2017 do Doing Business registra que uma empresa, em média, gasta 2038 horas anualmente para cumprir suas obrigações tributárias. Para o ICMS, este tempo é de 1189 horas anualmente.

6.41 A implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)[11], parte do PROFISCO I, representou um avanço na direção de melhorar as condições para o contribuinte cumprir suas obrigações tributárias, mas não eliminou todas as obrigações acessórias existentes anteriormente.

6.42 Em Rondônia, o contribuinte ainda tem que apresentar uma declaração acessória além do SPED: a GIA-ST (Guia de Informação e Apuração do ICMS de Substituição Tributária). O contribuinte usa as mesmas bases de informações para

[11] Sistema digital que permite o envio eletrônico dos livros e documentos contábeis e fiscais das empresas de forma integrada aos três níveis de governo. Proporciona ao fisco informação em tempo real e maior efetividade no controle fiscal e ao contribuinte racionalização no cumprimento das obrigações tributárias.

preencher o SPED e a GIA-ST, mas o preenchimento e transmissão requerem tempo adicional. Uma pesquisa com contadores do estado constatou que esta declaração acessória demanda mensalmente por volta de uma hora para preparação e envio.

6.43 Atualmente o estado tem 895 firmas ativas apresentando a GIA-ST mensalmente, gastando uma hora para cumprir com esta obrigação tributária. No ano, são quase 11 mil horas. O custo mínimo com um profissional em contabilidade que, em geral, são os que se ocupam destas declarações acessórias fica em R$26,83, de acordo com o SINE (Site Nacional de Empregos – link abaixo)[12]. Assim, o custo anual para os contribuintes entregarem esta declaração fica em torno de R$ 280 mil.

6.44 O PROFISCO II financiará ações que eliminarão a necessidade do preenchimento desta declaração acessória. A SEFIN-RO estima a eliminação da GIA-ST no segundo ano de execução do programa.

6.45 **Exemplo 3: Redução do número de veículos de transporte de mercadorias obrigados a parar nos postos fiscais.** Todos os veículos de transporte de mercadorias que passam pelo posto de Vilhena de Rondônia são obrigados a parar. Em 2017, como indica a Tabela 11, mais de 200 mil veículos de transporte de mercadorias pararam no posto fiscal no estado.

Tabela11: Quantidade e Tempo em minutos de Parada dos Caminhões no Posto Fiscal de Vilhena em 2017:

	Quantidade de Veículos	Tempo médio de atendimento*	Tempo médio pré-atendimento**	Tempo Total
PF de entrada	146.698	24	11	35
PF de saída***	67.285	13	6	19
Total	213.983			

Fonte: Sistema Fronteira - SEFIN - RO

* Refere-se ao tempo entre a abertura do comando para processamento das notas e a liberação do veículo pelo Posto Fiscal.

**Refere-se ao tempo de estacionamento, deslocamento do motorista e espera para entrega dos documentos fiscais.

***Não estão considerados neste levantamento os caminhões que retornam vazios, pois não há abertura de comando neste caso. Contudo, esses caminhões entram na área do Posto e são liberados rapidamente pela fiscalização de pátio.

6.46 Para mensurar o tempo médio de parada dispendido pelos veículos de carga que transitam pelos Postos Fiscais, foi solicitado ao posto fiscal um levantamento amostral no período de uma semana. O tempo inicial de pré-atendimento foi apurado pelo tempo de estacionamento, deslocamento do motorista e espera para entrega dos documentos fiscais. O tempo de atendimento vem do Sistema Fronteiras de Rondônia que mede o tempo entre a abertura do comando para processamento das notas e a liberação do veículo pelo Posto Fiscal. O tempo médio de parada medido pela pesquisa foi de 35 minutos para o Posto Fiscal de

[12] Custo estimado do preenchimento das declarações: R$ 26,83 https://www.sine.com.br/media-salarial-para-contador adotando 1/220 da remuneração mensal como custo/hora

Entrada e 19 minutos para o Posto Fiscal de Saída, com a média de 30 minutos para os veículos como um todo.

6.47 O custo por parada registrado na Tabela 12 foi calculado da seguinte forma. Tomou-se em consideração a tabela da DECOPE/NTC & LOGISTICA para custos de transporte, usando sempre os dados para os menores veículos, portanto o menor custo. Um veículo de carga tem duas partes, um cavalo mecânico e um semirreboque. O valor da diária dos dois juntos é de R$ 741,52, resultando em R$15,45 por intervalos de 30 minutos, assumindo 24 horas por diária. Além da diária, o custo inclui o valor por quilômetro rodado, que é de R$ 1,87. Um veículo roda, geralmente, 60 quilômetros por hora. Assim, uma parada de 30 minutos no posto fiscal tem um custo oportunidade de R$ 56,22 visto que o veículo poderia estar rodando se não fosse obrigado a parar no posto fiscal. Somando o valor da diária e de quilômetros rodados, o custo estimado de uma parada média de 30 minutos é de $ 71,67. Multiplicando este valor por 64 mil veículos, estima-se uma economia de R$ 4,6 milhões anuais. A redução será gradual, com 25% dos 64 mil veículos dispensados da parada obrigatória no primeiro ano do programa, 50% no segundo ano, 75% no terceiro e 100% do quarto ano em diante.

Tabela 12: Economia Anual para o Contribuinte

(a) - Cavalo Mecânico (CM)	644,74
(b) - Semirreboque (SR)	96,78
Diária (c = a+b)	741,52
Custo 30 minutos (d = c/(24*2))	15,45
(e) - Quilômetro CM	1,717
(f) - Quilômetro SR	0,157
Custo por km (g = e + f)	1,874
Custo 30 Km (h = g*15)	56,22
Custo Parada (i = d + h)	71,67
(j) - redução de paradas	64.195
Economia anual para o contribuinte (k = i*j)	4.600.749

Fonte: Cálculos do autor usando pesquisa SEFIN-RO para tempo de parada e tabela DECOPE/NTC& LOGISTICA para custos de transporte.

6.48 O novo modelo de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, baseado em análise de risco, inclui a implantação de uma Central de Fiscalização Virtual de Trânsito, visando a antecipação dos trabalhos hoje realizado no Postos Fiscal e a implantação do Canal Verde que permite veículos previamente autorizados a não parar no posto. Após a implantação desse Sistema, estima-se uma redução de parada de veículos nos Postos Fiscais de no mínimo 30% (64 mil). Com o tratamento antecipado dos documentos de entrada e de saída do Estado, o tempo

de parada nos Postos Fiscais para os veículos obrigados a parar reduzirá substancialmente.

6.49 A Tabela 12 mostra o custo por parada e a economia para os contribuintes com a redução de 64 mil veículos obrigados a parar nos postos fiscais. Para uma estimativa mais conservadora, optou-se por incluir na análise C-B apenas os custos atuais dos 64 mil veículos que não serão obrigados a parar nos postos fiscais com a implantação do novo modelo. Como não foi possível estimar a redução de tempo de parada para os 150 mil veículos que continuarão a parar nos postos fiscais, esta estimativa não foi incluída na análise C-B. Para contextualizar a importancia da redução do tempo de parada, por cada minuto de redução nos atuais 30 minutos de tempo médio de parada de veículos, os contribuintes economizariam mais de R$360 mil, tomando em conta o valor de R$ 2,39 por minuto parado e 150 mil de veículos. Se o novo modelo resultar na redução do tempo médio de parada em um terço, a economia seria de pouco mais de R$ 3,6 milhões anualmente.

6.50 A Tabela 13 sumariza os benefícios estimados para os produtos incluídos na análise C-B para os 10 anos que a análise cobre, em US$ 1000.

Tabela 13: Cálculos dos Benefícios do Programa - RO (em R$ 1000 e US$ 1000)

Em R$ 1000											
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Total
Economia - redução preparação folha)		756	1.512	2.521	2.521	2.521	2.521	2.521	2.521	2.521	19.913
Redução Custos Saúde (SUS)	4.012	8.023	12.035	16.046	16.046	16.046	16.046	16.046	16.046	16.046	136.394
Conciliação Bancária	311	466	933	1.555	1.555	1.555	1.555	1.555	1.555	1.555	12.594
Atendimento presencial - economia estado	137	342	684	684	684	684	684	684	684	684	5.948
Compras	1.662	3.325	4.987	6.649	9.974	9.974	9.974	9.974	9.974	9.974	76.464
Trânsito - Redução Custo contribuinte	1.150	2.300	3.451	4.601	4.601	4.601	4.601	4.601	4.601	4.601	39.106
Serviços presenciais - economia contribuinte	88	220	441	441	441	441	441	441	441	441	3.834
Obrigações Acessórias	-	288	288	288	288	288	288	288	288	288	2.593
Trânsito.3 - Aumento Arrecadação	-	807	1.613	2.689	2.689	2.689	2.689	2.689	2.689	2.689	21.244
Cobrança	841	1.682	3.365	5.047	6.730	6.730	6.730	6.730	6.730	6.730	51.314
Total	8.201	18.210	29.308	40.520	45.527	45.527	45.527	45.527	45.527	45.527	369.404
Em US$ 1000											
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Total
Economia - redução preparação folha)	-	233	465	776	776	776	776	776	776	776	6.127
Redução Custos Saúde (SUS)	1.234	2.469	3.703	4.937	4.937	4.937	4.937	4.937	4.937	4.937	41.967
Conciliação Bancária	96	144	287	478	478	478	478	478	478	478	3.875
Atendimento presencial - economia estado	42	105	210	210	210	210	210	210	210	210	1.830
Compras	511	1.023	1.534	2.046	3.069	3.069	3.069	3.069	3.069	3.069	23.527
Trânsito - Redução Custo contribuinte	354	708	1.062	1.416	1.416	1.416	1.416	1.416	1.416	1.416	12.033
Serviços presenciais - economia contribuinte	27	68	136	136	136	136	136	136	136	136	1.180
Obrigações Acessórias	-	89	89	89	89	89	89	89	89	89	798
Trânsito.3 - Aumento Arrecadação	-	248	496	827	827	827	827	827	827	827	6.537
Cobrança	259	518	1.035	1.553	2.071	2.071	2.071	2.071	2.071	2.071	15.789
Total	2.523	5.603	9.018	2.468	14.008	14.008	14.008	14.008	14.008	14.008	113.663

Fonte: Cálculos do autor baseados nos benefícios estimados para o projeto

B.4. Alinhamento com a Matriz de Resultados

6.51 A análise C-B está alinhada com a Matriz de Resultados do Programa. O PROFISCO II tem três indicadores de impacto e três de resultado. Com relação aos indicadores de impacto, o programa espera: (i) aumentar o resultado primário como percentual do PIB; (ii) aumentar a arrecadação tributária como percentual do PIB; e (iii) reduzir a Dívida Corrente Líquida como percentual do PIB. A Tabela 14 abaixo mostra a contribuição dos benefícios medidos na análise C-B para alcançar as metas estabelecidas na Matriz de Resultado.

6.52 O resultado primário (acima da linha) aumenta quando a receita cresce mais que a despesa. A análise C-B identifica e mede dois produtos associados ao aumento da receita (novo modelo de fiscalização de trânsito de mercadorias e novo modelo de cobrança) e redução da despesa (redução de trabalho na preparação da folha de pagamentos, redução de custos de saúde, conciliação bancária, novo modelo de atendimento ao contribuinte e novo modelo de compras).

6.53 A Tabela 14 mostra que os benefícios medidos na análise C-B (aumento de arrecadação e redução de despesas – economia de gastos) contribui substancialmente para o alcance das metas. A tabela foi construída da seguinte forma e com as seguintes premissas:'

a. Só se leva em consideração benefícios resultantes do PROFISCO II. Por exemplo, o PIB do estado deve crescer no período de implantação do programa e, como consequência, também crescerá a arrecadação tributária. No entanto, o crescimento da arrecadação advinda do crescimento do PIB não resulta das ações do programa e, como tal, não é levado em conta. Apenas os ganhos de eficiência resultantes das ações do programa (redução da evasão fiscal e melhoria da cobrança) são contabilizadas e medidas pelo aumento da arrecadação como proporção do PIB.
b. Os valores apresentados são em termos reais (não nominais) e tem como base sua relação com o PIB de 2017, ano base do programa. Por exemplo, o PIB deverá aumentar, mas o que importa é a proporção das diversas variáveis como proporção do PIB. Para efeitos de comparação, aplica-se os percentuais ao PIB de 20117 para medir os níveis das mesmas.
c. Assume-se que: (i) aumento do resultado primário resulta do aumento da arrecadação tributária e redução dos gastos do governo através de medidas de ganho de eficiência como, por exemplo, melhor modelo de compras; (ii) a reduções de gasto é medida como o resíduo entre a melhoria do primário e aumento da arrecadação, ambos indicadores de resultados na Matriz de Resultados e (iii) os ganhos do resultado primário são aplicados para a redução da dívida.
d. Para cada item (Primário, Receita Tributária, Economia-Redução de gastos e Dívida) na tabela abaixo, a primeira coluna indica o aumento em milhões de Reais calculado a partir das metas estabelecidas na Matriz de Resultado multiplicadas pelo PIB de 2017. A segunda coluna apresenta os benefícios estimados pela análise C-B para cada

ano. A terceira coluna apresenta o percentual que os benefícios medidos pela análise C-B representam das metas (resultados) estabelecidos na Matriz de Resultados.

e. Importante lembrar que a análise C-B mede apenas os benefícios de alguns produtos, enquanto as metas na Matriz de Resultado estimam todos os benefícios. Assim, os resultados da análise C-B estão alinhados aos da Matriz de Resultados, mas são necessariamente menores que aqueles.

6.54 Com relação ao segundo indicador do aumento da arrecadação tributária, a análise também está alinhada com a mensuração dos dois produtos que impactam a arrecadação, o novo modelo de fiscalização de trânsito de mercadorias e o novo modelo de cobrança. Os resultados da análise C-B com relação ao aumento da arrecadação para apenas dois produtos representam por volta de 50% do aumento da arrecadação estimada de todos os produtos incluída na Matriz de Resultados.

6.55 A redução da dívida corrente líquida como percentual do PIB depende do resultado primário (acima da linha) quando a poupança pública pode seu usada para amortizar a dívida. Assim, como explicado acima, a análise C-B está também alinhada com este indicador. Os cálculos são relativos à redução dos percentuais da dívida sobre o PIB de 2017, ano base da análise.

Tabela 14: Contribuição dos Benefícios Medidos na análise C-B para alcançar os Resultados do Programa (R$ milhões e %)

	Resultado Primário			Receita Tributária			Economia - Redução de gastos			Redução da Dívida		
Ano	Meta*	Benefícios	%	Meta**	Benefícios	%	Meta	Benefícios	%	Meta***	Benefícios	%
2019	24,8	7,0	28,1%	1,9	0,8	44,1%	22,9	6,1	26,7%	- 24,8	- 7,0	28,1%
2020	28,6	15,4	53,8%	7,6	2,5	32,6%	21,0	12,9	61,5%	- 28,6	- 15,4	53,8%
2021	42,0	25,1	59,9%	11,5	5,0	43,5%	30,5	20,2	66,0%	- 42,0	- 25,1	59,9%
2022	66,8	35,2	52,7%	15,3	7,7	50,7%	51,5	27,5	53,3%	- 66,8	- 35,2	52,7%
2023	74,4	40,2	54,0%	19,1	9,4	49,4%	55,3	30,8	55,6%	- 74,4	40,2	54,0%
Total	236,6	122,9	51,9%	55,3	25,5	46,0%	181,3	97,4	53,7%	- 236,6	- 122,9	51,9%

*Corresponde aos incrementos no indicador de impacto (Resultado Primário/PIB) na Matriz de Resultados que cresce de um superávit de 0,670% do PIB no ano base para 0,735%, 0,745%, 0,780%, 0,845% e 0,865% do PIB nos anos de implementação do programa e que correspondem a aumentos de R$ 24,8, R$ 28,6, R$ 42, R$66,8 e R$74,4 milhões, respectivamente.

**Corresponde aos incrementos no indicador de impacto (Receita Tributária/PIB) na Matriz de Resultados que cresce de 10,32% do PIB no ano base para 10,33%, 10,34%, 10,35%, 10,36%, 10,37% do PIB nos anos de implementação do programa e que correspondem a aumentos de R$ 1,9, R$ 7,6, R$ 11,5, R$15,3 e R$19,1 milhões, respectivamente.

***Corresponde aos incrementos no indicador de impacto (Dívida Corrente Líquida/PIB) na Matriz de Resultados que cai de 7,78% do PIB no ano base para 7,72%, 7,64%, 7,53%, 7,36%, 7,16% do PIB nos anos de implementação do programa e que correspondem a reduções iguais ao aumento do superávit primário que é usado para amortização da dívida nos anos respectivos.

Fonte: Cálculos do autor baseado nos indicadores de impacto da Matriz de Resultados e na análise C-B.

6.56 A análise C-B está alinhada com um dos três indicadores de resultado, a redução do orçamento de funcionamento da SEFAZ como percentual da arrecadação tributária total. A análise está alinhada com relação ao numerador ao mensurar reduções de gastos da SEFAZ (fiscalização, conciliação bancária, contencioso, e preparação da folha de pagamento) e com o denominador ao estimar aumento da arrecadação tributária.

6.57 Os dois outros indicadores de resultado (quantidade de metas cumpridas como percentual de metas planejadas e orçamento executado sobre orçamento planejado não são quantificáveis financeiramente para inclusão na análise C-B.

VII. Resultado da Análise Custo-Benefício

7.1 A análise C-B mostra que, no horizonte de 10 anos, usando todos os custos e os benefícios estimados para 8 produtos (1 do componente 1, 4 do componente 2 e 3 do componente 3), o PROFISCO II tem uma taxa interna de retorno bastante sólida. A Tabela 15 mostra que, no Cenário 1 (básico), usando os resultados descritos acima e uma taxa de desconto de 12%, o programa obtém uma taxa interna de retorno (TIR) de 58,8% e um valor presente líquido (VPL) de US$ 23,7 milhões. O fluxo financeiro anual (Benefícios – Custos) passa a ser positivo no terceiro ano do programa e, no acumulado, passa a ser positivo no quarto ano do programa, ou seja, já com retorno positivo para o programa como um todo.

Tabela 15: Cenário Básico da Análise Custo-Benefício (em US$1000)

	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	ano 6	ano 7	ano 8	ano 9	ano 10	Total
Custos totais	-3.918	-11.421	-7.483	-11.476	-3.675	-3.341	-3.304	-3.268	-3.231	-3.051	-54.168
Benefícios	2.523	5.603	9.018	12.468	14.008	14.008	14.008	14.008	14.008	14.008	113.663
Fluxo	-1.395	-5.818	1.535	992	10.333	10.667	10.704	10.741	10.778	10.958	59.494

Valor Presente Líquido	**23.702**
TIR	**58,8%**

Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício

7.2 O Cenário Básico descrito na Tabela 14 inclui quantificação de oito produtos. A Tabela 16 abaixo apresenta os resultados da análise Custo-Benefício quando os benefícios com a arrecadação adicional são excluídos (aumento de arrecadação com a redução da evasão fiscal através da implantação da nova metodologia de fiscalização de mercadorias em trânsito e redução da inadimplência com o novo modelo de cobrança). Neste caso, a TIR é de 36,5% e o VPL é de US$ 12,7 milhões. O fluxo financeiro se torna positivo a partir do quinto ano e, no acumulado, o retorno é positivo a partir do sexto ano.

Tabela 16: Cenário Básico Excluindo Arrecadação (em US$1000)

	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	ano 6	ano 7	ano 8	ano 9	ano 10	Total
Custos totais	-3.918	-11.421	-7.483	-11.476	-3.675	-3.341	-3.304	-3.268	-3.231	-3.051	-54.168

Benefícios	2.265	4.837	7.486	10.087	11.110	11.110	11.110	11.110	11.110	11.110	91.337
Fluxo	-1.653	-6.584	3	-1.389	7.435	7.769	7.806	7.843	7.879	8.060	37.169

Valor Presente Líquido **12.684.516**

TIR **36,5%**

Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício

7.3 Um risco presente está associado às demoras na implementação do programa, resultando no adiamento da geração de benefícios. A Tabela 17 assume que todos os benefícios são adiados por um ano, embora os custos permaneçam como no cenário original, caracterizando uma hipótese bastante conservadora. Neste sentido, a TIR fica em 34,4%, o VPL em US$15,7 milhões, o fluxo financeiro fica positivo a partir do quinto ano e o fluxo acumulado a partir do sexto ano.

Tabela 17: Cenário Básico - Início de todos os benefícios adiado em um ano (em US$1000)

	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	ano 6	ano 7	ano 8	ano 9	ano 10	Total
Custos totais	-3.918	-11.421	-7.483	-11.476	-3.675	-3.341	-3.304	-3.268	-3.231	-3.051	-54.168
Benefícios	2.523	2.523	5.603	9.018	12.468	14.008	14.008	14.008	14.008	14.008	102.178
Fluxo	-1.395	-8.898	-1.880	-2.458	8.793	10.667	10.704	10.741	10.778	10.958	48.009

Valor Presente Líquido **15.749**

TIR **34,4%**

Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício

VIII. Análise de Sensibilidade

8.1 Toda análise C-B ex-ante está associada a riscos de diferentes tipos. Neste case específico, os riscos estão relacionados a benefícios menores do que esperados e uma possível desvalorização do Real, visto que os benefícios serão obtidos nesta moeda enquanto os custos são fixos em dólares. Uma análise de sensibilidade mudando alguns parâmetros usados no cenário básico pode melhor contextualizar estes riscos.

8.2 Três diferentes cenários foram desenhados: uma desvalorização do Real, uma redução de benefícios e um cenário que mistura desvalorização e redução de benefícios. Todos os cenários usam uma taxa de desconto de 12%.

8.3 **Cenário 2: Desvalorização de 25% do Real.** Como os custos, exceto manutenção, são fixos em dólares e os benefícios são aferidos em Reais, uma desvalorização do Real implica em uma redução dos benefícios medidos em dólares. Assumindo uma desvalorização de 25% do Real, a Tabela 18 mostra que TIR cai para 36,7%, o VPL para quase US$ 13,8 milhões, o fluxo passa a ser positivo no quinto ano e o acumulado no sexto. Mesmo com um choque extremo que levasse a uma desvalorização do Real de 90%, a TIR continuaria sólida em 12%.

Tabela 18: Cenário 2 - Análise Custo-Benefício - Desvalorização do Real em 25% Em US$ 1000)

	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	ano 6	ano 7	ano 8	ano 9	ano 10	Total
Custos totais	-3.918	-11.376	-7.362	-11.179	-3.244	-2.812	-2.776	-2.739	-2.702	-2.551	-50.659
Benefícios	2.019	4.483	7.214	9.974	11.207	11.207	11.207	11.207	11.207	11.207	90.930

Fluxo	-1.899	-6.893	-147	-1.205	7.962	8.394	8.431	8.468	8.504	8.656	40.272

Valor Presente Líquido **13.797**

TIR **36,7%**

Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício

8.4 **Cenário 3: Redução de Benefícios.** A economia com o novo sistema de gestão de gastos da área da saúde, sistema de compras e novo modelo de cobrança representam, no cenário básico, 37%, 21% e 14%, respectivamente, do total dos benefícios medidos. No cenário básico assumiu-se, conservadoramente, uma redução de 20% no nível de subnotificação das internações hospitalares ao SUS, uma economia de 1,5% nos preços das compras ao fim do programa e um aumento de 8% na recuperação do crédito tributário. No cenário 3, assume-se uma redução dos todos os benefícios em 30%.

8.5 Neste cenário, a Tabela 19 mostra que a TIR passa para 23,5%, o VPL reduz para US$ 6,4 milhões, o fluxo se torna positivo no quinto ano, mas o fluxo acumulado (retorno) só fica positivo a partir do sétimo ano.

Tabela 19: Cenário 3 - Análise Custo-Benefício - Redução de Benefícios em 30% (Em US$ 1000)

	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	ano 6	ano 7	ano 8	ano 9	ano 10	Total
Custos totais	-3.918	-11.421	-7.483	-11.476	-3.675	-3.341	-3.304	-3.268	-3.231	-3.051	-54.168
Benefícios	1.766	3.922	6.313	8.727	9.806	9.806	9.806	9.806	9.806	9.806	79.564
Fluxo	-2.152	-7.499	-1.171	-2.749	6.131	6.465	6.502	6.538	6.575	6.755	25.396

Valor Presente Líquido **6.402**

TIR **23,5%**

Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício

8.6 **Cenário 4: Desvalorização e Redução de Benefícios.** Este cenário assume uma desvalorização do Real em 25% e a redução de todos os benefícios em 30%. Neste caso a TIR passa para 11,9%, o VPL cai para US$1,2 milhões, o fluxo anual passa a ser positivo no quinto ano, e o acumulado no ano oito, como mostra a Tabela 20. Mesmo neste cenário extremamente pessimista, o programa ainda tem uma taxa interna de retorno aceitável.

Tabela 20: Cenário 4 - Análise Custo-Benefício - Desvalorização em 30% e Redução de Benefícios em 30%

	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	ano 6	ano 7	ano 8	ano 9	ano 10	Total
Custos totais	-3.918	-11.376	-7.362	-11.179	-3.244	-2.812	-2.776	-2.739	-2.702	-2.551	-50.659
Benefícios	1.413	3.138	5.050	6.982	7.845	7.845	7.845	7.845	7.845	7.845	63.651
Fluxo	-2.505	-8.238	-2.311	-4.197	4.600	5.032	5.069	5.106	5.142	5.294	12.992

Valor Presente Líquido **1.213**

TIR **11,9%**

Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício

IX. Conclusões

9.1 O PROFISCO II para o Estado de Rondônia está desenhado para atuar nas áreas de gestão fazendária e transparência fiscal; administração tributária e contencioso fiscal; e administração financeira e gasto público. O programa conta com um financiamento de US$ 27,7 milhões de financiamento BID e US$ 3,1 milhões de contrapartida local.

9.2 A análise C-B incluiu oito produtos, com representação dos três componentes do programa. Os critérios para a escolha destes produtos foram principalmente a representatividade deles para a redução dos gastos públicos, aumento da arrecadação fiscal e melhoria do ambiente de negócios com redução de custos para o contribuinte.

9.3 A tabela 21 sumariza os quatro cenários da análise de sensibilidade e duas variações do cenário básico. Lembrando que a análise apenas focou em casos de deterioração do cenário básico. Como mencionado acima, as hipóteses do cenário básico são substancialmente conservadoras. A probabilidade de um retorno maior do que o cenário básico é alta.

Tabela 21: Sumário da Análise de Sensibilidade da Análise Custo-Benefício

	TIR	VPL
Básico	58,84%	23.701.659
Básico – excluindo aumento na arrecadação	36,49%	12.684.516
Básico – benefícios adiados em um ano	34,43%	15.749.294
Desvalorização	36,72%	13.797.087
Redução benefícios	23,46%	6.402.362
Duplo	11,93%	1.213.460

Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício

REFERENCIAS

Comissão Europeia (2003) - Guía del análisis costos-beneficios de los proyectos de inversión" de la Comisión Europea.
Link: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/guides/cost/guide02_es.pdf

IBGE (2016) – Contas Regionais do Brasil link:
ttps://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2014/default_xls.shtm

Secretaria do Tesouro Nacional (2017). Boletim de Finanças subnacionais 2016. Agosto de 2017.

SEFAZ-PE (2016-2) - Relatórios Fiscais da SEFAZ/PE para a arrecadação da área de trânsito de mercadorias para 2016. Secretaria de Estado Da Fazenda, Estado de Pernambuco, dezembro de 2016.

SEFAZ-GO 2016/17 – Relatórios Fiscais semestrais de Arrecadação do Trânsito dos primeiros semestres de 2016 e 2017. Estado de Goiás.